



**UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO**

**DECON – DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**O PAPEL DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA A JUVENTUDE: ESTRATÉGIAS
DE CONSTRUÇÃO DE UMA RELAÇÃO SAUDÁVEL COM O DINHEIRO**

THAYNÁ VALESCA RAMOS DE SOUZA

Recife/PE

2023



**UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO**

**DECON – DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**O PAPEL DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA A JUVENTUDE: ESTRATÉGIAS
DE CONSTRUÇÃO DE UMA RELAÇÃO SAUDÁVEL COM O DINHEIRO**

THAYNÁ VALESCA RAMOS DE SOUZA

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof. Dra. Isabel Cristina Pereira de Oliveira

Recife/PE

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S729p Souza, Thayná Valesca Ramos de
O papel da educação financeira para a juventude: estratégias de construção de uma relação saudável com o dinheiro / Thayná Valesca Ramos de Souza. - 2023.
76 f. : il.
- Orientadora: Isabel Cristina Pereira de Oliveira.
Inclui referências.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Bacharelado em Ciências Econômicas, Recife, 2023.
1. Educação financeira. 2. Juventude. 3. Endividamento. 4. Ensino Médio. I. Oliveira, Isabel Cristina Pereira de, orient. II. Título

THAYNÁ VALESCA RAMOS DE SOUZA

**O PAPEL DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA A JUVENTUDE:
ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO DE UMA RELAÇÃO SAUDÁVEL
COM O DINHEIRO**

TCC apresentado ao Curso de Graduação em Economia da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: 15/09/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Isabel Cristina Pereira de Oliveira (Orientadora)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof^a. Dr^a Keynis Cândido de Souto (Examinador Interno)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Eliane Aparecida Pereira de Abreu (Examinadora Interna)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me dar sabedoria e persistência para concluir esse curso. Sou imensamente grata a minha mãe Sandra Ramos que hoje não se encontra aqui para me ver concluindo essa graduação, mas que, tenho certeza, ela está me vendo do céu feliz da vida por sua filha alcançar o que ela sempre acreditou. Agradeço também à minha irmã Thayanne Ramos e minha avó Maria Ferreira, que não deixaram de me incentivar até hoje; a meu namorado Waltson Silva que pegou bastante no meu pé e me ajudou muito, emprestando o computador, lendo e relendo a monografia mil vezes. Sou grata ao meu pai Luciano Maximiano que me deu vários energéticos para que eu virasse madrugada a dentro estudando e escrevendo.

Sou Grata a Prof. Dra. Keynis Cândido de Souto que me ajudou bastante na matrícula do curso quando eu pensei que não ia conseguir, ela foi lá e me ajudou e tirando todas as dúvidas que eu precisava, de forma solícita e muito amigável.

Por fim, agradeço à minha orientadora e Prof. Dra. Isabel Cristina Pereira de Oliveira, pela dedicação, paciência, compreensão e por ter confiado na minha capacidade de chegar até aqui.

Vocês com certeza fizeram total diferença para que eu pudesse hoje concluir minha Graduação, muito obrigada!

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	12
2.1 Crédito, endividamento e a importância da educação financeira para os jovens.....	14
2.2 Educação financeira.....	21
2.3 Políticas e projetos governamentais de educação financeira no Brasil.....	28
3 METODOLOGIA.....	31
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	33
4.1 Dificuldades econômico-financeiras dos jovens brasileiros.....	33
4.2 Educação financeira para jovens no Brasil.....	36
4.3 Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).....	40
4.3.1 Programa Educação Financeira nas Escolas.....	44
4.3.1.1 Educação financeira no Ensino Médio.....	47
4.4 Análise do Programa Piloto de Educação Financeira no Ensino Médio.....	56
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS.....	66

RESUMO

O trabalho tem por objetivo apresentar o papel da educação financeira para a juventude a partir de um programa de formação para estudantes do Ensino Médio como estratégia de contribuir para uma relação saudável com o dinheiro. O método utilizado na pesquisa foi o qualitativo e exploratório. Para coleta de dados e informações foi usado a pesquisa bibliográfica. Nas pesquisas realizadas, percebeu-se que o endividamento dos jovens no Brasil está aumentando e que a educação financeira pode auxiliar na diminuição desse indicador. Além disso, a partir da avaliação do projeto piloto sobre educação financeira para jovens do Ensino Médio, apresentou resultados relativamente melhores quando comparados com os grupos de controle. Concluiu-se, com os resultados da pesquisa, que a educação financeira é um tema de grande relevância para os alunos do ensino médio, sendo indispensável na formação de jovens conscientes de tudo que envolve o sistema financeiro. Portanto, constata-se que a Educação Financeira ensinada aos jovens nas escolas, disponibiliza as informações necessárias, para que em um futuro breve os mesmos obtenham não somente lucidez e equilíbrio ao tratar o orçamento familiar, mas também conhecimentos que impliquem em sua independência financeira.

PALAVRAS CHAVES

Palavras-chave: Educação financeira; Juventude; Endividamento; Ensino Médio.

ABSTRACT

The objective of this work is to present the role of financial education for youth through a training program for high school students as a strategy to promote a healthy relationship with money. The research method used in the study was qualitative and exploratory. Bibliographic research was employed for data and information collection. In the conducted research, it was observed that the indebtedness of young people in Brazil is increasing, and financial education can help reduce this indicator. Furthermore, based on the evaluation of the pilot project on financial education for high school students, it yielded relatively better results when compared to the control groups. The research results conclude that financial education is a highly relevant topic for high school students and is indispensable in shaping young individuals who are conscious of everything related to the financial system. Therefore, it is evident that financial education taught to young people in schools provides the necessary information so that in the near future, they not only gain clarity and balance in managing their family budgets but also acquire knowledge that leads to financial independence.

KEYWORDS

Keywords: Financial education; Youth; Indebtedness; High school.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como foco principal apresentar o papel da educação financeira para a juventude, a partir de um programa de formação para estudantes do Ensino Médio, como estratégia de contribuir para uma relação saudável com o dinheiro.

A maioridade civil no Brasil (18 anos) estabelecida pela Lei nº10.406/02 (art. 5º) determina quando um indivíduo passa a ser responsável por si próprio e seus atos; bem como tem permissão para realizar todos os negócios jurídicos que tenha interesse sem a necessidade de representação ou assistência. De igual forma, passam também a ter obrigações e direitos civis completos.

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde e Organização Mundial da Saúde (OPS/OMS, 2011), o conceito de juventude refere-se a uma categoria sociológica que representa um momento de preparação dos jovens para assumirem o papel de adultos na sociedade e abrange o período dos 15 aos 24 anos de idade. Já no Brasil, a atual Política Nacional de Juventude (PNJ), baseada no Estatuto da Juventude aprovado em agosto de 2013, considera a pessoa jovem todo cidadão ou cidadã com faixa etária entre 15 e 29 anos de idade.

A juventude é uma das etapas mais importantes da vida, pois é a transição da fase adolescente para a fase adulta e é nesse momento que os jovens vão definir seus interesses, seus projetos futuros, suas possibilidades de entrada no mercado de trabalho, ou seja, é um tempo de construção de identidade, de busca pela emancipação financeira e de formação acadêmica.

Após o ensino médio os jovens dão início à busca pelas áreas profissionais nas quais querem seguir carreira, seja por meio do ensino superior ou técnico ou entrando no mercado de trabalho sem uma formação específica. Ao entrarem nessa fase passam a ter a possibilidade de acessar sua primeira renda, tais como bolsas de estudo, estágios ou emprego (seja formal ou informal). Estas rendas serão utilizadas para atender suas necessidades pessoais. Com o advento do *marketing* e do avanço do mercado virtual, o consumo desse público exige um bom controle financeiro a fim de garantir uma gestão equilibrada entre renda e consumo de forma a evitar gastos excessivos e, conseqüentemente, endividamento financeiro.

Neste sentido, a educação financeira para a juventude pode contribuir para uma economia mais saudável, onde os jovens vão aprender a importância do dinheiro, ou seja, como ganhar, administrar, poupar e consumi-lo de forma consciente, evitando assim dívidas futuras e podendo construir um futuro financeiro mais estável.

É importante destacar que os jovens da chamada “geração Z” (indivíduos nascidos entre 1995 e 2010), formam a primeira geração de pessoas que nasceram em um mundo no qual o uso e o consumo por meio da *internet* já estava popularizado. Além disso, no Brasil (entre 2003 e 2011), esses jovens vivenciaram uma situação econômica marcada pelo aumento da distribuição de renda e o maior acesso ao crédito. A expansão do crédito, combinado com a melhoria na distribuição da renda e com o crescimento do emprego, reforçou o consumo em um contexto em que havia poucas ações voltadas para a educação financeira. Desse modo, esses jovens podem ter uma maior propensão a consumir impulsivamente, apresentam uma maior predisposição para o uso do crédito e do empréstimo e também assumem mais riscos financeiros (Reinikainen; Kari; Luoma-Aho, 2020).

Só em 2010, com o lançamento da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), criada através do Decreto 7397/2010, a preocupação com educação financeira começa a ter espaço no Brasil. No entanto, ainda há uma lacuna sobre administração e saúde financeira, discussão sobre consumo consciente e endividamento, temas que precisam ser considerados na formação básica desse grupo, sendo essas as principais justificativas para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Considera-se ainda na construção da problemática a acessibilidade desse grupo às ferramentas, aplicativos e sistemas financeiros disponíveis no mundo contemporâneo, para os quais podem ter acesso a partir de 13 anos de idade (sob a responsabilidade de um adulto) e, a partir dos 18 anos, de acordo com a maioridade civil. Com a facilidade no acesso ao sistema financeiro amplia-se a necessidade dos jovens terem acesso à orientação sobre o uso responsável do dinheiro e do crédito, pois quanto mais rápidas, fáceis e intuitivas forem as ferramentas para abertura de conta corrente, investimentos e liberações de crédito, maior deverá ser o conhecimento e compreensão em relação às consequências da má gestão financeira.

Assim, uma das estratégias de formação e orientação pode ser por meio de políticas públicas que visem a melhoria e a implementação de programas de educação financeira nas escolas, programas de capacitação para os professores e até a possibilidade de inserção da educação financeira como uma disciplina na grade escolar. Visando essa formação de forma mais transversal, há uma discussão sobre a inserção de uma educação econômica e empreendedora por meio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Conforme dados divulgados pelo Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), em 2018 o Brasil ficou na posição 17 dos 20 países avaliados no *ranking* de competência financeira. A partir desses dados, o país vem dando alguns passos que indicam uma melhoria na educação financeira nacional, mas ainda está bem longe em comparação com os países desenvolvidos.

A educação financeira tem o poder de mudar o futuro dos jovens e contribuir para o desenvolvimento da economia de um país, haja vista que em um mundo capitalista, ter controle financeiro pode ser a chave para uma vida mais estável e consistente, pois quanto mais cedo os jovens souberem lidar com dinheiro, menores são as chances de gastar mais do que devem, podendo assim alocar seus recursos da melhor forma e ainda poupar para o futuro ou até mesmo investir.

Isso pode ser fundamentado pela orientação dada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2022) quando afirmou que a alfabetização financeira deveria ser obrigatória no currículo escolar das crianças, pois estes conhecimentos fazem parte das noções básicas para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária, garantindo assim o melhor desenvolvimento do país.

Com um baixo acesso à educação financeira e uma ampliação na oferta de serviços financeiros e bancários, será que esses jovens estão preparados para lidar com uma gestão saudável do dinheiro? Como essa facilitação excessiva em acesso ao crédito pode afetar os jovens e seu futuro? Os mesmos têm conhecimento sobre: renda, consumo, planejamento financeiro, poupança, investimentos? O Estado tem incentivos e políticas públicas que proporcionem o acesso à educação financeira? Qual o papel da família nessa educação? A fim de discutir esses questionamentos, a pesquisa tem como objetivo geral apresentar o papel da educação financeira para a

juventude a partir de um programa de formação para estudantes do Ensino Médio como estratégia de contribuir para uma relação saudável com o dinheiro.

Para atender o objetivo geral, será necessário atender 3 objetivos específicos:

1. Apresentar indicadores que apontem as dificuldades econômico-financeiras dos jovens;
2. Discutir o panorama atual da educação financeira no Brasil;
3. Discutir as potencialidades e fragilidades do programa piloto da nova ENEF.

A pesquisa está estruturada em 5 partes. A primeira trata-se desta introdução que tem por objetivo apresentar a problemática e os objetivos almejados com o desenvolvimento da pesquisa. A segunda parte é destinada para a revisão da literatura onde serão abordados os principais conceitos e discussões sobre a temática da juventude e da educação financeira. A terceira parte destina-se a apresentar os procedimentos metodológicos que orientaram o desenvolvimento da proposta. A quarta parte é dedicada à apresentação e discussão dos principais resultados e compreensão das potencialidades e fragilidades dos programas de educação financeira para a educação básica e, finalmente, a quinta parte apresenta as principais conclusões do estudo.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A vida do ser humano se divide em quatro fases: infância, adolescência, adulto e velhice. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado em 13 de julho de 1990, estabelece que a faixa etária que vai dos 12 aos 18 anos incompletos é definida como adolescência, e a faixa etária dos 18 aos 29 anos de idade é definida como juventude. Considerando assim, adolescentes jovens (15 a 17 anos), jovens-jovens (18 a 24 anos) e jovens adultos (25 a 29 anos). Por sua vez, o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013), considera jovem no Brasil todo indivíduo com idade entre 15 e 29 anos. De igual forma, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estabelece esta mesma faixa etária para definir a população jovem em suas pesquisas.

Em relação aos processos e aspectos vividos nesta fase, Schmidt (2000) destaca cinco categorias de análise que ajudam a compreender esse momento da vida humana:

- a) transitoriedade: os jovens, por vivenciarem grandes mudanças psico-físico-sociais, encontram-se em estado de desequilíbrio interno e externo, o que faz com que nada seja permanente em sua vida; tal situação pessoal influencia seu modo de perceber a realidade social;
- b) marginalidade: os jovens estão “à margem”, “inadaptados” ou “por fora” do mundo social; isso se aplica ao mundo do trabalho, ao acesso ao consumo, à inserção nas instituições, ao acesso aos postos de decisão, dos valores e hábitos sociais; esta situação de marginalidade favorece o descompromisso com o sistema social;
- c) adaptabilidade: os jovens, como as crianças, são sempre receptivos a novas influências quando colocados em um novo meio social, assimilando novos hábitos e atitudes inconscientes;
- d) potencialidade de mudança: os jovens não são progressistas nem conservadores por natureza, eles são uma potencialidade pronta a solidarizar-se com movimentos sociais dinâmicos, que pode levá-los a apoiar desde movimentos totalitários ou conservadores até iniciativas democráticas ou de transformação social;
- e) reação contra o mundo adulto: a busca de autonomia iniciada na adolescência, prossegue no indivíduo jovem, o que o impulsiona a questionar o conjunto da realidade social, identificada com os adultos. (Schmidt, 2000, p. 178-179)

Para Dávila Léon (2014), há uma divisão entre o período da juventude, apontando a adolescência como sua primeira etapa, que vai de 12 a 18 anos e a juventude entre 15 e 29 anos, havendo uma separação em três faixas etárias: 15 a 19, 20 a 24 e 25 a 29 anos. Vale ressaltar que em alguns países a juventude pode chegar até 35 anos.

A juventude pode ser definida por aspectos físico-biológicos, físico-psicológicos e comportamentais; nos aspectos culturais a juventude muda ao longo dos anos e da mesma forma os papéis culturais atribuídos aos jovens (Zorzi, 2013).

Pais (1990), afirma ser a juventude uma categoria manipulada e manipulável socialmente, pois é uma fase da vida de descobertas e instabilidade, seja por problemas com inserção no mercado de trabalho, problemas sociais ou até mesmo familiares. O autor salienta que “a segmentação do curso de vida em sucessivas fases — a juventude aparece associada a uma delas — é, por sua vez, produto de um complexo processo de construção social” (Pais, 1990, p. 146).

A depender de como os jovens lidam com esses aspectos, mas também do meio pelo qual estão convivendo, a postura em relação ao mundo social muda completamente. Uma vez que é na juventude que os indivíduos começam a estabelecer sua identidade, sendo definida como o tempo de transformação dentro do ciclo da vida, compreendendo o período de transição entre a adolescência e a idade adulta, percebe-se que esta é uma das etapas mais importantes, por se tratar de uma fase onde os mesmos começam a tomar decisões conscientes sobre suas próprias vidas. É nesta fase que serão definidos seus interesses, projetos, estudos, carreira, sonhos e suas relações com o mundo ao seu redor. Para a sociedade moderna, Abramo (2008) destaca:

(...) ser essa uma fase de preparação do jovem para um exercício futuro de cidadania, dada pela condição de adulto, quando as pessoas podem e devem (em tese) assumir integralmente as funções, inclusive as produtivas e reprodutivas, com todos os deveres e direitos implicados na participação social (Abramo, 2008, p.110).

A Juventude é a fase em que os indivíduos passam a ser plenamente responsáveis socialmente e legalmente por suas ações, também é na juventude que o indivíduo toma consciência da necessidade de independência financeira e familiar, certamente é uma fase de muitas mudanças onde os jovens que antes eram adolescentes sem muitas responsabilidades passam a ser adultos e devem começar a pensar seriamente sobre como se manter e sobre planejar seu futuro e finanças. É, portanto, uma fase que requer grande atenção especialmente na orientação para formação profissional e vida financeira.

2.1 Crédito, endividamento e a importância da educação financeira para os jovens

A palavra crédito é originada do latim e tem como significado confiança; já no Dicionário Aurélio da língua portuguesa, a palavra crédito é definida como:

“confiança ou segurança na verdade de alguma coisa, crença fundada nas qualidades de uma pessoa ou coisa, valor que se obtém por antecipação para uma compra e que deve ser pago posteriormente, reputação de solvência, boa fama: ter crédito na praça” (Ferreira, 1975, n.p)

Borges (2008) conceitua o crédito da seguinte forma:

Em qualquer operação de crédito o que sempre se verifica é a troca de um valor presente e atual por um valor futuro. Numa venda a prazo, o vendedor troca a mercadoria - valor presente e atual - pela promessa de pagamento a ser feito futuramente pelo comprador. No mútuo ou em qualquer modalidade de empréstimo, a prestação atual do credor corresponde à prestação futura do devedor. O crédito é, pois, economicamente, a negociação de uma obrigação futura; é a utilização dessa obrigação futura para a realização de negócios atuais. É, em suma, (...) o poder de compra conferido a quem não tem o dinheiro necessário para realizá-la (Borges, 2008, n.p)

De acordo com o Banco Central do Brasil (2013, n.p), no sistema financeiro, crédito é um recurso fornecido por instituições como: bancos, financeiras, cooperativas de crédito, entre outros. É uma fonte extra de recursos, obtidos através de terceiros, que possibilita a compra de um bem ou serviço de forma antecipada, permitindo que indivíduo complete a sua renda para comprar algo que deseja; fazendo o pagamento só depois da compra, com o acréscimo de um valor, de forma que remunere a instituição que emprestou o dinheiro (essa remuneração é chamada de juros). Quando uma instituição disponibiliza linhas de crédito a um indivíduo significa que a mesma confia que o mesmo irá pagar a sua dívida no futuro.

Segundo a Comissão de Valores Mobiliários (CVM, 2018), o crédito é um termo que transmite confiança, no âmbito financeiro, é a disponibilidade de recursos financeiros ao tomador para diversas finalidades como o financiamento da compra de um bem, despesas emergenciais, de saúde, etc.

Dentre as diversas modalidades de crédito que existem, a CVM (2018), esclarece alguns dos créditos disponíveis para os consumidores no Brasil, sendo alguns deles:

- Cheque especial: é um crédito pré-aprovado pelos bancos para exclusivamente clientes que possuem conta corrente, utiliza-se esse crédito quando se gasta mais do que tem disponível em conta corrente, costuma cobrar uma taxa de juros alta, dessa forma é importante analisar bem antes de utilizar;
- Cartão de Crédito: o limite disponibilizado é baseado de acordo com a renda ou no perfil de consumo do indivíduo, é uma forma de fazer compras ao longo do mês e pagar no outro mês de maneira parcelada ou à vista, o indivíduo escolhe o dia do vencimento de suas faturas, também é permitido pagar em um prazo maior, mas com acréscimo de juros;
- Crédito Consignado: é disponibilizado pela instituição financeira, seu desconto é feito diretamente na folha de pagamento de quem usa o serviço, costuma ter taxas diferenciadas para aposentados, pensionistas do INSS e para colaboradores de órgãos e empresas conveniadas;
- Crédito Pessoal: conhecido como empréstimo pessoal, é destinado a pessoa física, sem necessidade de oferta de garantias, é disponibilizado para correntistas das instituições financeiras, o dinheiro pode ser usado da maneira que o cliente preferir, seja para pagar algo ou alguém;
- Crediário: são compras parceladas com juros, costuma ser disponibilizado por lojas de departamentos, pois facilita a compra de produtos;
- Financiamento: é uma modalidade de crédito de longo prazo, costuma ser utilizado em compras de valores mais elevados, como imóveis, carros, motos, etc;
- Leasing: A organização faz a compra do bem em seu nome e esse bem é arrendado para o cliente até que a dívida seja quitada, é uma modalidade de financiamento;
- Penhor: O penhor requer uma garantia, o cliente oferece algum bem de valor como garantia de pagamento de sua dívida e caso o pagamento não seja feito, a instituição tem o direito de vender/leiloar o bem posto como garantia.

No mundo contemporâneo o crédito tem se tornado fundamental para o comércio, pois viabiliza a circulação do capital, proporcionando assim a atividade empresarial com maiores oportunidades de negócio. É através do crédito disponibilizado pelas instituições financeiras que a grande massa popular passa a

ter possibilidades de aquisição de bens e mercadorias de valores mais elevados, visto que o pagamento à vista os impossibilitaria de consumi-los, além disso o crédito passou a ter função significativa nas estratégias sociais dos consumidores, e com o advento da sociedade de consumo o crédito obteve papel de impulsionar as práticas de consumo dos indivíduos nessa sociedade (Berquó, 2013).

O mercado de crédito traz como impacto social a “credibilidade” de cada indivíduo, pois quem paga suas dívidas em dia, constrói uma boa reputação e cada vez mais liberações de crédito; já quem não honra seus pagamentos em dia, conseqüentemente, acaba perdendo a credibilidade no mercado e perdendo a confiança das instituições para mais liberações de crédito, podendo ficar com o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) negativado (devedor). O crédito sendo utilizado de forma consciente e planejada é benéfico, mas se utilizado de forma compulsiva e descontrolada acaba sendo maléfico, podendo levar o consumidor ao endividamento (Berquó, 2013).

Conforme dados da Revista *InvestNews*, em 27 de agosto de 2022, quando o indivíduo, tomador do crédito, não efetua o pagamento se torna inadimplente; sabe-se que todo tipo de crédito cobra juros e, em caso de não pagamento em dia, o valor total da dívida acaba aumentando e, conseqüentemente, pagá-la se torna mais difícil. Além de pagar juros altos, os indivíduos inadimplentes ficam com o CPF negativado e com restrição de crédito, dificultando a abertura de contas correntes e o acesso a novos limites.

De acordo com a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), em março de 2020, dos serviços financeiros fornecidos aos consumidores, o crédito foi um dos mais utilizados pelos consumidores em função das crises econômica, política e sanitária que afetaram o país. Mesmo que o crédito seja considerado um recurso essencial para o desenvolvimento das modernas economias de mercado, pode acarretar conseqüências desfavoráveis para o consumidor e para o mercado, caso a sua concessão seja feita inadequadamente. Um exemplo desfavorável é o superendividamento que é quando o indivíduo devedor se vê impossibilitado de arcar com suas dívidas atuais e futuras.

Sobre a temática dos jovens endividados no Brasil, Costa (2023) comenta:

Embora a crise econômica e desemprego elevado ajudem, em parte, a explicar as dificuldades financeiras dos jovens, **é preciso ressaltar a importância de investir na formação e na educação financeira**

dessa parcela da população. A seu favor eles têm a enorme familiaridade com a tecnologia e o pensamento lógico, a fluidez ao transitar entre os ambientes físico e o online, a aptidão intrínseca para absorver e compreender novas formas de interação social mediadas pelos aplicativos e ferramentas online, bem como para colocar ideias novas em prática”, (Costa, 2023, p. 3). Grifo nosso.

Assim, entende-se que a falta de conhecimento sobre finanças pessoais e planejamento financeiro pode estar comprometendo ainda mais para esse cenário de endividamento dos jovens no país. Portanto, aprender a lidar com seu dinheiro de uma forma equilibrada, sabendo alocar os seus recursos da forma correta, não gastando mais do que recebe, pensando nos compromissos que se tem e nas coisas que querem construir ao longo da vida pode ser um caminho viável para uma economia mais estável no médio e longo prazo. O conhecimento adquirido a partir da educação financeira envolve o conhecimento sobre como gerir o seu dinheiro de forma eficaz, como tomar decisões financeiras conscientes aliados aos objetivos presentes e futuros.

Portanto quando se fala de endividamento dos jovens, é possível tirar algumas conclusões em relação às origens dessa situação: a falta de educação financeira na infância e adolescência é um ponto muito importante, pois se na formação básica os jovens não tiverem acesso ao conhecimento sobre finanças, a tendência é crescer sem saber lidar com seu dinheiro. Para Rossato e Pinto (2020), o endividamento surge a medida em que a aquisição de crédito é facilitada; e essa é outra questão importante, ou seja, o acesso facilitado ao crédito para jovens universitários ou para os jovens que acabaram de entrar no mercado de trabalho; por mais que a facilitação ao crédito seja de certa forma “benéfico”, quando combinado a falta de conhecimento dos jovens em gerir suas finanças pode se tornar um grande problema e indiretamente gerar um cenário de endividamento. Para Vignoli (2016), uma fonte importante do endividamento e dos problemas financeiros é o “imediatismo atual”:

“As pessoas vivem o agora, sem planejar o futuro. Isso faz com que os jovens consumam seus recursos no presente, para a realização de sonhos, e acabam negligenciando os próximos anos e décadas. Conhecer a real situação das próprias contas, despesas e rendimentos é fundamental para que uma pessoa tenha condições de manter o equilíbrio financeiro. “Este é um comportamento que precisa ser cultivado desde cedo, para que possa prosseguir na vida adulta e, assim, gerar impactos verdadeiramente positivos, duradouros e de longo prazo” (Vignoli, 2016, n.p).

Para Grillo (2022), o imediatismo dos jovens também é um dos fatores que os levam ao endividamento. O impulso dos jovens em querer “tudo agora”, sem pensar nas consequências e apenas no prazer imediato, sem ter o devido conhecimento sobre educação financeira os levam ao descontrole financeiro; o uso de redes sociais com constantes estímulos podem levar os jovens a ter gastos desnecessários ao fazer compras por impulso, é a chave de entrada para um consumo excessivo.

O consumo excessivo, impulsionado pelo *marketing*, acesso ao crédito facilitado e o imediatismo presente na geração atual são fatores que têm contribuído para o endividamento entre os jovens. Para essa faixa etária, aproveitar uma promoção ou uma liquidação pode parecer uma ótima maneira de economizar e comprar aquele produto que tanto deseja, porém essa é uma maneira de se endividar, até porque, compras por impulso e sem um planejamento prévio podem ultrapassar o limite dos gastos. O não pagamento da dívida no prazo determinado, especialmente no cartão de crédito e no cheque especial, incide em juros que vão se acumulando e se tornando a conhecida “bola de neve¹” do endividamento, gerando uma dívida enorme, dificultando ainda mais a possibilidades de quitação, acarretando no endividamento desse jovem, pois são as linhas de crédito mais caras no mercado.

De acordo com Forte (2019), a inexistência de discussões em casa sobre o orçamento familiar é um agravante na falta de conhecimento dos jovens sobre como gerir suas finanças. De modo geral, os brasileiros têm dificuldade em discutir sobre suas dívidas e os pais não compartilham os problemas financeiros e cortes de gastos com os filhos. Ao crescerem distantes do assunto, conseqüentemente crescem sem saber lidar com o dinheiro e seus problemas financeiros e tem grandes possibilidades de se tornarem inadimplentes.

Kawauti (2019, n.p), explica que um dos problemas no caso da inadimplência dos jovens, são os maus hábitos, com gastos sem necessidade e por muitas vezes relacionados à autoestima, ou seja, “jovens não têm maturidade para gerir o próprio dinheiro e se empolgam com as ofertas”. Para ela, os jovens devem ter objetivos financeiros claros, aprender a controlar o imediatismo e o consumo impulsivo, para

¹ Efeito bola de neve: Fato, situação, condição etc. que progride e se avulta ao gerar consequências que por sua vez resultam em novas consequências, assim como uma bola de neve aumento de volume ao rolar por uma encosta nevada: A dívida com o banco virou uma bola de neve. (Dicionário Caldas Aulete, 2002, n.p)

evitar gastos excessivos antes que se torne um hábito e comprometa a saúde financeira, atingindo metas no futuro.

Para Donizete (2019), a culpa pelo endividamento não é apenas dos jovens, mas também das instituições financeiras, por oferecerem empréstimos e cartões de crédito a quem tem pouca renda mensal. Para ele, o crédito “é um dinheiro ilusório”, que satisfaz o desejo de consumo imediato. Esta sistemática entre falta de maturidade financeira, desejo de consumo e crédito facilitado contribuem para o crescimento da problemática do endividamento entre os jovens no país.

A falta de controle financeiro dos jovens e a facilitação ao crédito, reflete no maior uso do cartão de crédito, maior recorrência na solicitação de empréstimos e no aumento de compras impulsivas. Na atualidade não é uma tarefa difícil se tornar inadimplente, ou seja, os jovens precisam estar atentos aos gatilhos de consumo e a situações que os estimulam a comprar sem planejar, a exemplo de promoções, liquidações e facilidades ao realizar compras *online*.

De acordo com Bauman (2010), o que gera mais lucro para as empresas de cartão de crédito não são os clientes que pagam suas dívidas em dia, mas sim os que atrasam e incorrem encargos financeiros, uma vez que os atrasos geram juros e multas. Dentre as inúmeras linhas de crédito, o cartão de crédito, conhecido popularmente como “dinheiro de plástico”, é um dos que mais contribui para o endividamento (Goes, 2018).

Em 2019 a Confederação Nacional do Comércio (CNC) realizou uma pesquisa, a qual revelou que 78,5% das famílias do Brasil estavam endividadas pelo uso desmedido do cartão de crédito, muitas vezes por compras compulsivas, ausência de planejamento financeiro e pelo aumento demasiado do limite disponibilizado pelos próprios bancos, tornando-se este um agravante para uma dívida ainda maior. Conforme Roberts e Jones (2001, n.p), “o cartão de crédito, se comparado ao dinheiro, estimula ainda mais o consumo e os gastos. Desse modo, ao longo de décadas, a dívida no cartão de crédito aumentou mais do que as demais dívidas”.

O cartão de crédito é uma das linhas de empréstimo mais caras do país, de acordo com o Banco Central (2023), a taxa média de juros cobrada pelos bancos nas operações com cartão de crédito rotativo subiu de 433,3% ao ano de 2022, para

447,5% ao ano de 2023. A taxa média de juros do cheque especial é de 8% ao mês e do empréstimo pessoal ficou em 7,66% ao mês.

Segundo um levantamento feito pela CNDL e pelo SPC Brasil (2023), o principal vilão para o endividamento é o cartão de crédito, ou melhor o mau uso dele. Os entrevistados apontam o cheque especial como o segundo maior vilão das linhas de empréstimos disponíveis no mercado e o terceiro maior vilão foi o empréstimo pessoal, mais conhecido como crediário. Por apresentarem a taxa de juros mais elevada, assim como o uso não planejado de forma coerente de acordo com a restrição orçamentária do tomador de empréstimo, podem levar os indivíduos ao desequilíbrio financeiro e às dívidas.

Saber administrar as finanças pessoais e descobrir as causas do endividamento é o primeiro passo para evitá-lo, mas apenas isso não traz a solução para a problemática, pois os jovens precisam saber como agir diante das dificuldades financeiras. Para isso precisam de orientação sobre o uso responsável do crédito e do dinheiro. Dessa forma, a educação financeira pode ser a chave para os jovens adquirirem esse conhecimento, podendo se organizar e planejar para não entrar em dívidas. É importante ressaltar que a educação financeira é um tema na qual os jovens poderão levar para vida adulta, diminuindo o índice de endividamento dos jovens brasileiros.

Outro tema importante quando se fala em educação financeira é a reserva de emergência. Pesquisa feita em março de 2020 pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) revela dados preocupantes, onde mais da metade dos brasileiros (52,1%) não possuíam uma reserva de emergência. O estudo evidencia que a falta de educação financeira é a principal responsável pela ausência do hábito de criar reserva de emergência e de poupar pensando no futuro.

Segundo Castro (2023):

A reserva de emergência é um dos itens mais importantes dentro de um planejamento financeiro, pois são recursos destinados a situações inesperadas e, como o próprio nome já diz, emergências (Castro, 2023, n.p).

De acordo com pesquisa feita pela Expert XP, em 2022, uma boa organização financeira também leva em conta a realização de reserva financeira (ou reserva emergencial), para cobrir gastos inesperados, como emergência de saúde, uma situação temporária de perda de emprego ou diminuição de sua renda, impedindo

que o jovem deixe de arcar com seus compromissos, evitando assim a utilização de empréstimos e pagamentos de juros excessivos.

Para Ikedo (2023, n.p), com as incertezas econômicas, é crucial se planejar financeiramente e criar uma reserva de emergência, pois trata-se de uma proteção contra imprevistos em momentos de dificuldade, sendo “Um passo fundamental para uma vida mais tranquila e equilibrada”.

Kawauti (2016, n.p), ressalta a importância de entender que vale a pena economizar, mesmo que seja em pequenas quantias. Para o autor “o quanto antes os jovens começarem, mais cedo poderão ver resultados. Para isso, é preciso resistir ao consumo impulsivo e estar ciente que os efeitos positivos virão no longo prazo”.

Como apresentado, para os jovens é tudo muito novo, isto é, vivenciar pela primeira vez o mercado de trabalho, o acesso ao crédito, a relação com o dinheiro, administração de uma renda, dentre tantos temas abordados. A falta de habilidades para lidar com as novas responsabilidades os tornam mais propensos a um desequilíbrio financeiro. É nesse momento que a educação financeira entra de forma preventiva, pois se destaca como um eficaz mecanismo de redução desse cenário de vulnerabilidade que os jovens se encontram, ao fornecer o conhecimento que os jovens precisam como: conhecer os tipos de créditos e suas taxas, aprender sobre consumo consciente, gestão de sua renda, reserva de emergência, temas de suma importância para uma melhor tomada de decisões, evitando assim um endividamento futuro.

2.2 Educação financeira

Os produtos e serviços financeiros se tornaram amplamente disponíveis com o rápido ritmo de desenvolvimento financeiro em todo o mundo, mas tal amplitude ultrapassou consistentemente a capacidade dos indivíduos e famílias de fazerem escolhas financeiras bem informadas (Lusardi e Mitchell, 2007; Lusardi *et al.*, 2010).

A tomada de decisão nas finanças pessoais se tornam ainda mais complicadas pelo aumento da oferta de produtos e serviços financeiros, entre eles o crédito, e pela acelerada inserção das informações comercializadas nos produtos de consumo que por diversas vezes são associadas a ofertas com taxas

elevadas; estes avanços aumentaram os riscos de decisões em gastos equivocados e mal informados, principalmente indivíduos que têm dificuldade em entender conceitos financeiros básicos (Lusardi e Mitchell, 2011; Xu e Zia, 2012).

No entanto, para desfrutar de forma consciente desses benefícios econômicos que são proporcionados por esses produtos e serviços, é necessário que os indivíduos saibam usá-los adequadamente. Com isso, alguns conhecimentos e conceitos básicos são precisos como: entendimento sobre o funcionamento do mercado e dos juros, consumo consciente, tomada de decisão na utilização do crédito, entendimento sobre a importância do planejamento e da gestão das finanças pessoais, poupança e investimento contribuem para o melhor caminho para realizações de projetos e até mesmo como recurso para utilizar em uns momentos inesperados. É por meio da educação financeira que os indivíduos adquirem tal conhecimento.

Segundo a OCDE (2005), educação financeira é:

O processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (OCDE, 2005, n.p).

A educação financeira é importante para auxiliar os indivíduos a gerir e planejar sua renda, poupar, investir e garantir uma vida financeira mais tranquila; deve-se analisar os riscos associados a falta do conhecimento financeiro da população, pois essa falha na educação financeira pode gerar várias consequências negativas como falta de planejamento financeiro, erro na tomada de decisões, consumo compulsivo e endividamento. Sendo estas algumas das problemáticas que podem fazer os indivíduos não atingirem seus objetivos.

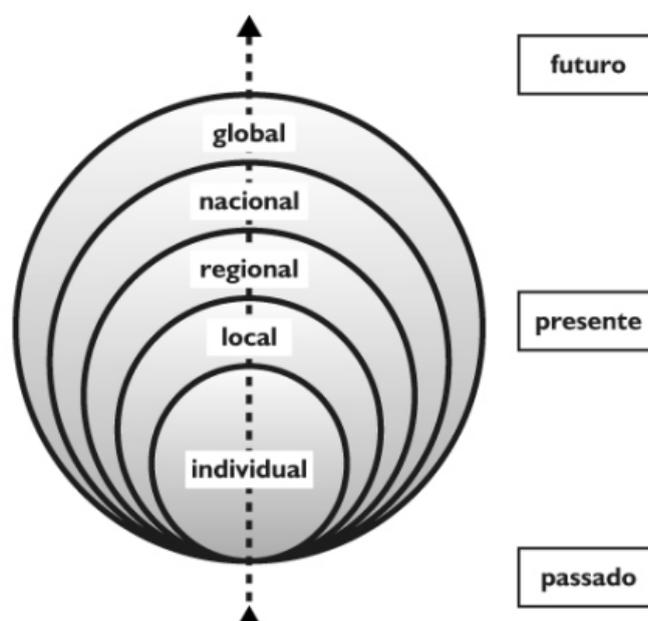
A ausência do conhecimento básico de finanças somado à falta de informações claras e consistentes, leva as pessoas a agirem de forma financeiramente irresponsável, por despreparo em saber como agir diante de situações atípicas financeiramente, seja por gastos além da sua capacidade financeira, levando-os ao aumento nos níveis de inadimplência.

Por sua vez, a educação financeira é essencial no preparo dos indivíduos para os desafios do complexo mundo financeiro e para que ocorra uma mudança de hábitos em relação ao dinheiro, conseguindo dessa forma obter uma vida financeira mais saudável. Borges (2022, n.p), ressalta que “nos países de primeiro mundo, como Estados Unidos e Europa, o conceito de educação financeira está incorporado na cultura há muito tempo”. É essa cultura de educação financeira que o Brasil precisa adotar para que possa ensejar realmente uma mudança de hábitos efetiva dos indivíduos em relação ao dinheiro.

De acordo com a OCDE (2005), é necessário esforço para que os indivíduos aumentem cada vez mais seu conhecimento sobre gestão financeira, de modo que permita-os planejar e tomar as decisões condizentes com suas necessidades, e ao mesmo tempo compreender os riscos inerentes ao mercado financeiro, como decisões de crédito, poupança, consumo e investimento, equivalente a sua renda.

A Figura 1 ilustra a importância da capacitação de base para com o indivíduo. O quão importante são os conhecimentos básicos e formativos para que ocorra o desenvolvimento de capacidades de planejamento dos indivíduos, para que no futuro tenhamos uma sociedade mais produtiva, temos que propiciar a educação básica de finanças (ENEF, 2016).

Figura 1: ilustra a importância da capacitação de base para com o indivíduo



Fonte: ENEF, 2016.

Para Amadeu (2009), a educação financeira é essencial para os indivíduos, pois as decisões financeiras afetam a vida deles como um todo, dessa forma a mesma tem um papel muito importante na formação de um cidadão consciente, que de forma direta ou indireta, se relaciona com a sociedade. Sendo a educação financeira não só importante de forma individual, mas também de suma importância para a sociedade onde estão inseridos, pois apresentam contribuições para o crescimento e para o desenvolvimento da economia, dado que estes geralmente formam poupança.

Segundo o Banco Central do Brasil (2013, n.p), a educação financeira é um instrumento que promove o desenvolvimento econômico, pois a qualidade das decisões financeiras de cada indivíduo influencia na economia, por estar ligada a problemas como os níveis de inadimplência e endividamento das pessoas e a capacidade de investimento dos países; indivíduos educados financeiramente demandam produtos e serviços adequados a sua necessidade, o que conseqüentemente aumenta a competição dos ofertantes, exigindo assim mais transparência nas informações passadas pelas instituições financeiras e dessa forma contribui para solidez e eficiência do sistema financeiro.

Sob a ótica de Delalibera (2019, n.p), “o planejamento financeiro pessoal proporciona uma vida financeira saudável e bem estruturada, tal como a construção de um futuro mais promissor”. Porém, ao adotar essas decisões planejadas não só geram benefícios a si, como geram impacto no futuro do país.

Com as facilitações proporcionadas pelo mercado de crédito, o acesso às instituições financeiras e o aumento das possibilidades de consumo, se faz necessário incentivar a educação financeira para despertar a consciência dos indivíduos quanto às decisões relacionadas a seus recursos, aumentando sua compreensão em relação às escolhas, possibilitando o desenvolvimento de uma relação equilibrada com o dinheiro.

De acordo com a ENEF, em 2014, a educação financeira pode ser utilizada em todas as fases da vida, sendo importante aprender desde cedo, pois ajuda a fundamentar o comportamento financeiro dos jovens. Ao longo da vida este grupo etário lida com uma série de questões financeiras, de modo que, por serem agentes econômicos, suas decisões impactam não só o seu presente, quanto o

seu futuro. Assim, conhecimentos relacionados ao uso do dinheiro de forma mais eficiente possível, melhor para o equilíbrio das finanças pessoais e para a economia do país.

De forma geral, é na escola que os jovens e crianças obtêm conhecimento que os auxiliam na formação técnica; também é nesse ambiente que criam a capacidade de viver em sociedade, de modo que suas atitudes através das escolhas feitas, podem influenciar a sociedade em que vivem. Para a ENEF, 2014, nas escolas a educação financeira é entendida como um tema transversal, dialogando com diversas disciplinas dos currículos do Ensino Fundamental e Médio para que os estudantes entendam como conquistar seus sonhos e para se prepararem para as adversidades da vida.

No entanto, a família também tem um papel importante na promoção da educação financeira desde a infância. Como destaca Cerbasi (2009), uma das formas de promover a educação financeira em casa para as crianças é através da mesada. A mesada é uma excelente oportunidade para ensiná-las sobre o valor do dinheiro, o planejamento financeiro, a economia e a responsabilidade. A mesada proporciona às crianças um aprendizado importante de como gerenciar seus recursos e tomar decisões financeiras informadas. Outras formas de promover a educação financeira na infância é utilizando jogos (o Banco Imobiliário, Jogo da Vida, Monopoly etc.) e atividades lúdicas. Isto pode ajudar as crianças a entenderem os conceitos financeiros de forma divertida e prática.

Neste sentido, a promoção da educação financeira deve envolver todas as fases da vida, desde a infância até a terceira idade, e ser acessível a todos, independentemente de sua renda ou nível de escolaridade. Ademais, a educação financeira não deve ser apenas uma questão de ensinar as pessoas a economizar e investir, mas deve também ajudá-las a desenvolver uma relação positiva com o dinheiro, que esteja baseada em valores como responsabilidade, transparência, cooperação e sustentabilidade (Domingos, 2022).

Alguns países, como a Finlândia, têm dado prioridade ao ensino sobre educação financeira desde a educação infantil. O país passou por uma das maiores revoluções do ensino público, ocupando o primeiro lugar no sistema público de educação, sendo considerado no quesito educação um dos melhores do mundo. Dinamarca, Noruega, Canadá, Israel e Suécia, são os países que mais

investem em alfabetização financeira para crianças. Esses países possuem os melhores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), indicador social que avalia o desenvolvimento educacional, da saúde e da renda na sociedade. Para a OCDE (2005, n.p), a alfabetização financeira deveria estar como obrigatoriedade no currículo escolar das crianças, pois ela faz parte das noções básicas para o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária, justa e que garantirá o melhor desenvolvimento do país. As crianças que aprendem a lidar com o dinheiro, com as frustrações e felicidades em decorrência da remuneração pelo dinheiro, têm um comportamento mais responsável e uma melhor tomada de decisões ao longo de suas vidas. As mudanças que a alfabetização financeira para crianças traz para o seu desenvolvimento, não são apenas momentâneas, são mudanças duradouras e que as acompanham ao longo de sua vida, trazendo benefícios individuais e para toda a sociedade.

Portanto, além das escolas, as famílias têm um papel importante de incentivo à educação financeira, pois é com elas que os jovens têm o primeiro contato com aprendizado. Por isso é de suma importância que seja feito um trabalho que exponha para as famílias a importância de conversar sobre o assunto em casa e incentivar as famílias dos jovens a se capacitar, disponibilizando para eles cursos gratuitos, palestras com especialistas sobre finanças, visando uma melhoria não só na vida dos jovens, mas da família como um todo.

Dados Banco Central - BACEN (2019), apontam que as pessoas que recebem educação financeira sabem distribuir melhor sua renda, conseqüentemente, não tem preocupação com a inadimplência, pois só compram o necessário para o consumo e cumprem com seus compromissos financeiros.

É importante frisar que a alfabetização financeira é uma habilidade essencial para a vida e a melhoria na gestão financeira, por menor que pareça, terá um enorme impacto sobre os jovens e conseqüentemente na capacidade de vislumbrar um futuro mais promissor e aliviar as dificuldades da vida; fortalecendo a economia e o desenvolvimento do país. Segundo Amadeu (2009), o objetivo da educação financeira é:

Permitir que as pessoas mais informadas tomem decisões melhores em questões de finanças pessoais, e também tenham oportunidade de obter o básico de competências relacionadas ao dinheiro, tais como: orçamento, poupança, empréstimos. Investindo-se na alfabetização financeira, torna-se possível ajudar

as pessoas a definir metas financeiras e otimizar as suas opções financeiras (Amadeu, 2009, p.25).

Desse modo, especula-se que a educação financeira dos jovens influencie positivamente a gestão financeira e reduza a inclinação ao endividamento, tema que também está associado a qualidade de vida das pessoas, pois está ligado a capacidade que os indivíduos têm em gerir suas finanças, tornando-se essencial os conhecimentos financeiros para evitar o endividamento, causado pelo acesso ao crédito e os estímulos de consumo. (VEIGA *at al*, 2019; CAMPARA *at al*, 2016).

Assim, a alfabetização financeira para crianças, jovens e adultos é uma medida necessária e de suma importância a ser adotada como parte da cultura em todo o mundo. Sendo assim, a alfabetização financeira precisa estar presente nos currículos escolares e dentro dos ambientes familiares. Para que haja essa inserção na alfabetização financeira o Estado deve agir com a implantação de políticas públicas que incentivem e eduquem esses jovens quanto ao uso do dinheiro. Também se faz necessário a intervenção do Estado no sentido de conscientizar os jovens sobre controle de gastos, a importância do planejamento e na preparação para a aposentadoria através de um plano de previdência, para ter um futuro mais tranquilo e não depender apenas do Estado. Se o Brasil tratar a educação financeira como algo secundário e não como uma necessidade, não haverá um avanço considerável na gestão financeira individual.

Uma outra forma do Estado de auxiliar os jovens, é por meio de políticas claras e regras de conduta pautadas pelas instituições públicas e privadas que lidam com a concessão de crédito, para que tenham critérios justos, auxiliando os jovens no uso consciente dos instrumentos de crédito, de suas finanças, evitando endividamentos e inadimplências. Assim, tem-se um grande desafio pela frente: harmonizar toda exposição e facilitação dos jovens ao crédito e sua falta de conhecimento sobre os conceitos básicos como renda, consumo, poupança e investimentos.

Por esse motivo é de extrema importância que não só as famílias, mas o Estado incentive e promova a educação financeira o quanto antes, pois é dessa forma que os jovens aprenderão a gerir sua renda, tendo uma tomada de decisão mais consciente e consistente acerca do seu planejamento financeiro e econômico, diminuindo assim os riscos de endividamentos futuros.

A princípio o Estado deve criar políticas Públicas que incentivem o ensino de finanças nas escolas e, desde a infância, desenvolver projetos que levem esse conhecimento para o dia a dia dos estudantes, mostrando-os não só como uma matéria ou algo extracurricular, mas de forma clara, prática e real.

2.3 Políticas e projetos governamentais de educação financeira no Brasil

O Brasil está longe de ser um país de referência quando o assunto é educação financeira. De acordo com o relatório do PISA (2018), o país ficou em 17º no *ranking* entre 20 países analisados, o que faz do mesmo o 4º pior país em competência financeira de jovens. A OCDE, quando começou a medir a competência financeira dos jovens, queria entender como os países preparam seus adolescentes para enfrentar as adversidades da vida adulta, porém os resultados da pesquisa mostram a grande disparidade na educação financeira dos países e foi possível identificar que questões como renda *per capita*, Produto Interno Bruto (PIB), situação financeira das famílias também tem forte interferência no letramento financeiro dos jovens.

Uma das saídas para reverter esse quadro, no caso do Brasil que foi um dos países com pior competência financeira, é através da introdução da educação financeira no ensino dos jovens e crianças por meio das escolas.

No Brasil a primeira ação para combater o analfabetismo financeiro foi o decreto nº 7.397, publicado em 22 de dezembro de 2010, que instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que tem como objetivo promover a educação financeira e previdenciária; e, melhorar a capacidade dos indivíduos em tomar decisões conscientes sobre administração dos seus próprios recursos financeiros.

O decreto nº 7.397 foi revogado 10 anos depois pelo Decreto Federal 10.393, em 09 de junho de 2020, instituindo assim, a nova ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), responsável pela direção, supervisão e pelo fomento da ENEF, que tem como propósito fomentar a educação financeira, securitária e previdenciária do Brasil. Os programas da nova ENEF são guiados pelo Plano Diretor, sua deliberação e seus anexos, documentos que consolidam a atuação estratégica da educação Financeira. Suas ações são compostas pelos programas

transversais e setoriais, coordenados de forma centralizada, mas executados de forma descentralizada. A nova ENEF é formada por oito órgãos e entidades governamentais, que juntos formam o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF). Como destacado por Tiné (2017), a nova ENEF é:

(...) uma ação pública que conta com parceiros privados. “Ele [o decreto] é importante para que a gente consiga levar essa temática a todas as pessoas da população, particularmente, nas escolas. “O decreto precisa, de fato, ser conhecido. As pessoas precisam saber efetivamente o que se faz e qual o trabalho feito com educação financeira no país” (Tiné, 2017, n.p).

Após a publicação do decreto 10.393, ainda em 2020 a educação financeira começou a ser obrigatória em todas as turmas da Educação infantil até o Ensino Médio e de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tal ensino deve ser abordado de forma multidisciplinar na grade curricular das escolas de todo país e tem como objetivo ensinar às crianças e adolescentes a administrar o dinheiro de forma responsável desde o início de sua vida financeira. A implementação do assunto na BNCC foi fruto da iniciativa do Banco Central (BACEN) em conjunto com entidades parceiras.

O BACEN tem liderado a construção do conteúdo de educação financeira para as escolas, junto ao Comitê Nacional de Educação Financeira. Conforme o Ministério da Educação (MEC), a Base Nacional Comum Curricular orienta a elaboração dos currículos tanto nas escolas públicas quanto nas escolas particulares, e nos ensinos infantil e fundamental. Além disso, estabelece as áreas de conhecimento obrigatórias, mas são os estados e municípios que escolhem como os temas entrarão na grade curricular, o que dificulta a inserção dos temas transversais em sua carga horária reduzida da maioria das escolas brasileiras. Na matéria de matemática, o documento direciona os alunos a aprenderem os conceitos básicos de finanças e economia, objetivando o início da educação financeira, as outras matérias também devem abordar o tema de forma transversal, de forma que o conhecimento seja tratado de forma integrada entre as matérias.

A ENEF deve ser estabelecida no território nacional de forma gratuita e deve buscar parcerias com instituições públicas e privadas, com o intuito de fortalecer suas ações e dessa forma conquistar mais parcerias para alcançar toda a população, independente de raça, gênero, crença ou classe social, viabilizando para as famílias brasileiras uma melhor orientação financeira. A análise mais detalhada

deste programa (pesquisas e resultados) é um dos objetivos deste trabalho e será apresentado no capítulo 4 que traz os resultados e discussões da pesquisa.

3 METODOLOGIA

O estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa por se concentrar na compreensão mais aprofundada e na interpretação dos fenômenos sociais e humanos, o objeto de estudo em questão é a juventude contemporânea e sua relação com o dinheiro, a qual tem levado a indicadores de endividamento desse grupo social.

Quanto à natureza do objeto de estudo, este se caracteriza como uma pesquisa básica, pois tem como objetivo principal ampliar o conhecimento científico a fim de compreender os princípios fundamentais, teóricos e conceituais que norteiam a relação entre a educação financeira e o grupo social formado pelos jovens no Brasil. Por se caracterizar como uma pesquisa básica, as investigações são apenas de cunho teórico/observacional, a fim de explorar o fenômeno do endividamento da juventude no país.

Em relação aos objetivos propostos a pesquisa se caracteriza como uma pesquisa exploratória, tendo por objetivo compreender de forma mais aprofundada o tema em questão, às vezes pouco conhecido ou mal compreendido, a exemplo da importância da educação financeira para a juventude brasileira e seus impactos na economia num futuro próximo.

Para a coleta de dados e informações foram utilizadas nesta monografia duas estratégias: a pesquisa bibliográfica e o levantamento de dados secundários.

A pesquisa bibliográfica trata-se da busca, análise e sistematização das informações, por meio de fontes relevantes, em livros, artigos, trabalhos científicos e técnicos. E hoje, com o advento da tecnologia da informação, por meio de um amplo acervo de informações disponibilizadas na *internet*, com foco no tema central que é educação financeira para jovens e seus respectivos temas correlacionados como: juventude, alfabetização financeira, endividamento, entre outros.

Os instrumentos usados para a obtenção do material bibliográfico foram: o *Google*, *Google Acadêmico*, *Scielo* e *EconPapers*; também foram utilizados os dados do portal “Vida e Dinheiro” do Governo Federal (www.vidaedinheiro.gov.br) que fornece dados dos projetos de educação financeira do Brasil e seus relatórios anuais, os quais envolveram os seguintes passos:

1. Definição da problemática e dos objetivos da pesquisa;
2. Identificação e coleta de uma ampla gama de fontes bibliográficas relacionadas ao tema da pesquisa: educação financeira, juventude, endividamento, ensino médio;
3. Seleção de fontes relevantes e relacionadas com o tema da pesquisa;
4. Leitura crítica das fontes selecionadas destacando informações, argumentos e evidências que embasam o estudo;
5. Organização e síntese das informações a fim de criar uma visão global do tema em estudo.

Em relação a análise do programa de educação financeira voltado para os jovens, mais especificamente, dos jovens que estão cursando o ensino médio, o universo da pesquisa foi definido tendo em consideração as escolas no Brasil que introduziram a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), para levantamento de informações gerais sobre a implementação do programa de educação financeira nas escolas.

A metodologia de análise aplicada foi a metodologia qualitativa, pois os dados qualitativos permitem compreender os objetos de estudo que requerem descrições e análises não numéricas. De acordo com Prodavov e Freitas (2013), o foco principal é a interpretação do pesquisador sobre o objeto de estudo e o processo ao qual este está submetido.

A pesquisa buscou coletar, examinar e indagar, por meio de material bibliográfico, informações sobre políticas públicas e projetos que o Brasil tem em vigor sobre educação financeira e juventude com o intuito de identificar se os projetos aplicados apresentam impactos positivos (quais), se apresentam interferência na relação dos jovens com o dinheiro e se há mudanças no que se refere à independência financeira, consumo e planejamento de futuro; bem como, novas perspectivas de análises a partir das informações obtidas e identificação dos pontos de melhoria, caso os tenha.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o objetivo específico de identificar potencialidades e fragilidades no programa de educação financeira proposto como política pública, são apresentadas nessa seção as políticas existentes e seus respectivos programas, divididos entre Programas Setoriais e Programas Transversais. Também será apresentado nesta seção o Projeto Piloto de Educação Financeira no Ensino Médio e seus resultados, a fim de auxiliar no entendimento do terceiro objetivo específico deste trabalho, além de contribuir com informações relevantes para discussão dos resultados.

4.1 Dificuldades econômico-financeiras dos jovens brasileiros

Segundo os dados do IBGE (2021), os jovens entre 15 e 29 anos correspondem a 23% da população brasileira, somando mais de 47 milhões de pessoas. Um estudo feito pelo órgão mostra que o número de jovens que não estudavam nem estavam ocupados (trabalhando) chegou a 12,7 milhões em 2021, ou seja, o equivalente a 25,8% deste grupo etário. Esses indicadores são, muito mais uma medida de vulnerabilidade juvenil do que a taxa de desocupação, pois abrange aqueles que não estavam ganhando experiência laboral nem qualificação, consequentemente comprometendo suas possibilidades ocupacionais futuras.

Quando se analisa os dados por região, percebe-se que nos estados do Norte e Nordeste (exceto Rondônia), a situação foi ainda pior, os percentuais de jovens de 15 a 29 anos que não estudavam e nem trabalhavam ficaram acima da média nacional (25,8%), em contrapartida, os estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste (exceto Rio de Janeiro) ficaram abaixo da média. Entre países da OCDE, em 2020 o Brasil tinha o terceiro maior percentual de jovens adultos que não estudavam nem estavam ocupados.

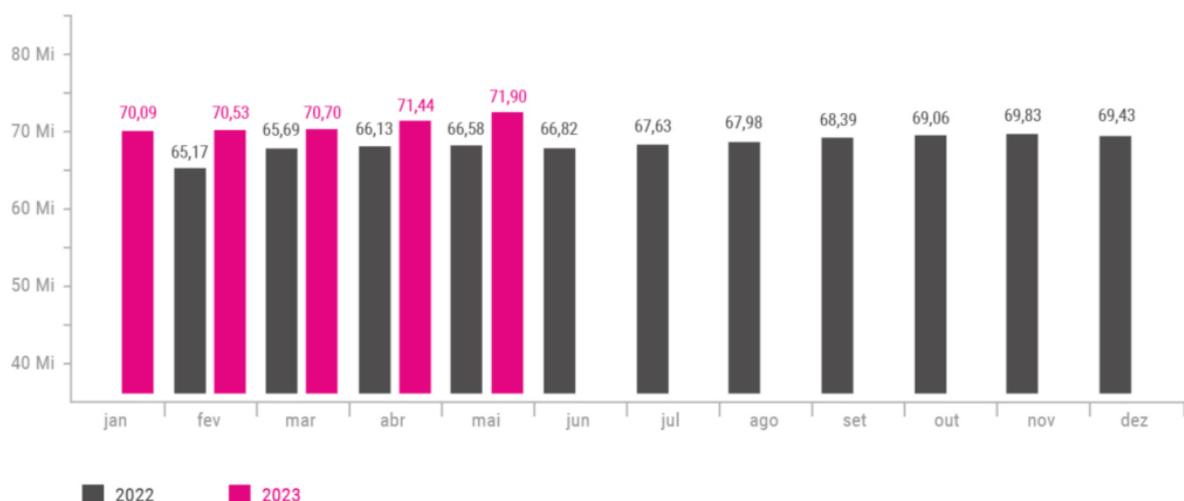
Estes dados mostram que a juventude brasileira, requer um urgente investimento econômico, educacional, político e social, que considere a sua realidade atual, a direcione para melhoria e seja capaz de efetivar uma política pública nacional de assistência à juventude e programas que visem a educação, conscientização e inserção dos jovens nas questões financeiras, para uma melhor

tomada de decisão, não só na carreira, mas na gestão de suas finanças e de seu futuro.

Em relação a situação financeira, dados do Mapa de Inadimplência do Serasa (MIS), apresentados na Figura 02, mostram que em dezembro de 2022, a inadimplência no Brasil apresentou uma pequena queda, após ter crescido nos 11 meses anteriores consecutivamente, uma redução de um pouco mais 400 mil brasileiros, indicando 69,43 milhões de brasileiros com nome restrito. Em 2022, outubro, novembro e dezembro foram os meses com maior inadimplência. Além disso, dados divulgados para agosto de 2022, mostrava que os cerca de 67 milhões de pessoas inadimplentes tinham dívidas superiores a R\$289 bilhões, dos quais 28% estão relacionados a pendências com bancos e cartões de crédito. Somada a isso, às informações dadas pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), mostrava que no mesmo ano, 6,3 milhões de jovens entre 18 e 24 anos se encontravam negativados.

Esta inadimplência voltou a crescer em janeiro de 2023, com o aumento de 600 mil pessoas, apontando 70,06 milhões de brasileiros negativados, e continua crescendo durante o ano, até maio, com 71,90 milhões de indivíduos negativados, havendo um crescimento de 463 mil novos inadimplentes em comparação ao mês anterior, como pode ser visto na figura abaixo.

Figura 2: Evolução do número de inadimplentes no Brasil entre 2022 e 2023



Fonte: SERASA, maio de 2023

Segundo o Serasa (2023), as faixas etárias com maior percentual da população com nome restrito são: de 41 a 60 anos, que representa 34,8%; a faixa

etária de 26 a 40 anos, que corresponde a 34,7% do total de inadimplentes; a faixa etária acima de 60 anos representa 18,0%; e, a faixa etária até os 25 anos (os jovens) representa 12,4% de inadimplentes.

Aqui destaca-se o endividamento de cerca de 12% de jovens que compreendem a faixa etária de até 25 anos. É importante considerar o cenário econômico neste indicador, mas a falta de informação sobre educação financeira pode ter contribuído para esse número expressivo de inadimplência. Este indicador torna-se preocupante, pois corresponde a 12,4% dos 71,90 milhões de indivíduos inadimplentes no Brasil. *A priori* pode parecer pouco, comparado às outras faixas etárias por ser a menor porcentagem, mas isso equivale a mais de 8,9 milhões de jovens endividados. Comparando aos meses anteriores, quando os dados totais mostram uma inadimplência crescente, é possível supor que este padrão de crescimento também pode estar presente entre os jovens e se faz necessário entender os motivos pelos quais esses jovens estão se endividando cada dia mais, pois eles representarão o futuro do país em breve.

Uma outra pesquisa feita pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), em maio de 2023, aponta que 47% dos jovens entre 18 e 24 anos não realizam controle financeiro e dentre os motivos, estão: não saber fazer a gestão do seu recurso e não ter rendimentos.

Nessa mesma pesquisa, quando se analisa os hábitos de consumo, 56% dos jovens entrevistados admitem que costumam ceder aos impulsos quando querem comprar algo, perdendo a noção do quanto podem gastar. Além disso, três a cada dez jovens admitem que a forma como gastam seu dinheiro é motivo para brigas com os pais, familiares e cônjuges; quatro de 10 entrevistados já estiveram com o nome negativado e dentre os motivos estão a perda do emprego, a falta de planejamento financeiro e o empréstimo do nome para terceiros. Os motivos que levaram esses indivíduos tão jovens a uma situação de inadimplência são inúmeros, mas grande parte deles tem dois pontos em comum: a falta de conhecimentos sobre finanças e o desemprego.

Considerando o ponto relacionado ao desemprego, o IBGE (2023) divulgou que houve um aumento na taxa de desemprego no Brasil, passando de 7,9% no 4º

trimestre de 2022, para 8,8% no primeiro trimestre de 2023. Os dados mostram que o desemprego entre os jovens (na faixa etária de 18 a 24 anos) subiu para 29,1% no primeiro trimestre de 2023, tendo um aumento de 1,6% em comparação ao último trimestre de 2022, e os que estão entre a faixa etária de 25 a 39 anos subiu para 36,0%.

Este aumento do desemprego entre os jovens, pode ser o fator que impulsionou a inadimplência, pois ao ficarem desempregados perdem sua renda, e ficam impossibilitados de arcar com os compromissos e dívidas que tinham anteriormente.

Segundo Cosenza (2019), um dos causadores da falta de oportunidades para os jovens é a baixa qualificação. Para o autor, a educação no país é fragilizada e não prepara os jovens para as vagas que exigem conhecimentos específicos. Investir na formação, na educação financeira desses jovens pode ser a melhor alternativa para mudar o cenário de desemprego e para melhorar as questões financeiras de endividamento e a inadimplência no Brasil.

4.2 Educação financeira para jovens no Brasil

Quando se fala de educação financeira no Brasil, é possível afirmar que a temática não faz parte da cultura brasileira, pois está ausente no ensino doméstico e há um nível de avanço lento nas instituições de ensino. De acordo com o Índice Global de Inclusão Financeira (IGEFE, 2022), o Brasil se encontra nas últimas posições quando se trata de educação financeira.

O IGEFE examina como os governos dos países analisados, assim como, sistemas financeiros e empregadores de um mercado fornecem orientações e ferramentas que proporcionem mais inclusão financeira. O índice para 2022, apresentado na Figura 3. mostra que entre os 42 países analisados, o Brasil se encontra em 35º lugar no *ranking* com uma nota de 33,9 pontos, destacando-se entre os países com menor inclusão financeira no mundo. Esta mesma pesquisa analisou os mercados e os classificou em três pilares: apoio governamental, que analisa o grau em que os governos promovem e possibilitam inclusão financeira; apoio do sistema financeiro, que examina a disponibilidade e a aceitação de vários produtos e serviços financeiros; e o apoio aos empregadores, que avalia a

disponibilidade e o impacto dos programas do empregador para melhorar o bem-estar financeiro e a inclusão dos seus colaboradores.

Figura 3: Índice Global de Inclusão Financeira

	Os 10 primeiros mercados		Os 10 últimos mercados
1	Singapura (68,9)	33	Turquia (36,1)
2	Estados Unidos (68,3)	34	África do Sul (34,1)
3	Suécia (65,4)	35	Brasil (33,9)
4	Hong Kong (65,1)	36	México (33,3)
5	Finlândia (64,7)	37	Itália (32,8)
6	Dinamarca (63,9)	38	Peru (32,7)
7	Austrália (63,6)	39	Colômbia (32,2)
8	Suíça (63,4)	40	Nigéria (26,9)
9	Noruega (63,1)	41	Gana (22,2)
10	Países Baixos (59,8)	42	Argentina (19,2)

Fonte: CEBR, 2022

De acordo com a pesquisa, em um panorama geral, as economias mais desenvolvidas se agrupam na parte superior do índice, já as economias em desenvolvimento se agrupam na parte inferior. Na figura acima, considerando os nove países com maior inclusão financeira, dois são países asiáticos (Singapura e Hong Kong), um país da América (EUA) e seis são europeus. Em contraponto a metade inferior do índice é composta por países da América Latina, estando o Brasil entre os dez últimos.

Isto se alinha com o que é destacado pelo Global Financial Literacy Excellence Center (GFLEC). Segundo o GFLEC (2021), a educação financeira em todo o mundo é mais forte em países com economias desenvolvidas e avançadas, especialmente a Europa Ocidental e países de língua inglesa. Essa é uma tendência que tem sido consistente nos últimos anos e mostra poucos sinais de melhora, logo

identifica-se que países com economias desenvolvidas sabem o valor do ensino da educação financeira e como isso pode influenciar no desenvolvimento de sua economia.

Economias com um forte apoio do governo e do sistema financeiro tendem a fornecer um nível mais baixo de apoio aos empregadores, o inverso também é verdadeiro. A diferença entre as economias desenvolvidas e menos desenvolvidas, é que as desenvolvidas somam mais pontos com o apoio do governo e do sistema financeiro, já as menos desenvolvidas pontuam melhor no apoio aos empregadores. Vale ressaltar que os mercados com classificação mais elevada em inclusão financeira têm um bom desempenho em outros fatores sociais. Logo, o estudo permite concluir que a inclusão financeira é um dos indicadores de grande importância para o mercado de capital e riqueza da próxima geração global.

Em se tratando de Brasil, a situação do baixo letramento da população, fica evidente em outra pesquisa realizada em 2020 pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), apresentada na Figura 4. A pesquisa avaliou o conhecimento financeiro utilizando perguntas sobre inflação, juros e risco, nesta pesquisa apenas um terço dos respondentes acertaram todas as três perguntas, e o cenário permaneceu inalterado entre 2017 e 2019, ou seja, não houve evolução no sentido de melhora dos conhecimentos, sendo a pergunta com mais percentual de acerto aquela relacionada a juros.

Figura 4: Brasil - Percentual de acertos sobre conhecimento financeiro



Fonte: ANBIMA, 2020

Outra pesquisa, denominada FinLit Global, que buscou analisar os conhecimentos financeiros nos países foi realizada pela Standard&Poor's Ratings Services (2016). A pesquisa mostra que, no Brasil, apenas 35% das pessoas entrevistadas acertaram as respostas das questões relacionadas a pelo menos três dos quatro conceitos econômicos analisados: oferta e demanda, valor do dinheiro no tempo e custo de oportunidade. Nas economias avançadas o percentual de acertos chegou a 55%. O resultado coloca o Brasil na 67ª posição entre os 143 países analisados. A pesquisa mostra ainda que na América do Sul não havia mais de 50% de pessoas alfabetizadas financeiramente.

Este baixo conhecimento financeiro se reflete no descontrole das finanças pessoais dos jovens. Uma pesquisa feita em maio de 2019 pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), revelou que oito a cada dez entrevistados tinham alguma fonte de renda em 2019, sendo alguns com carteira assinada e outros em trabalhos temporários (o popular fazendo bico). A pesquisa revelou ainda que 47% dos jovens nascidos entre 1995 e 2010, não faziam controle das suas finanças pessoais. As principais justificativas apontadas foram: não saber fazer, preguiça, falta de hábito ou disciplina e falta de rendimentos. Cerca de quatro de cada dez entrevistados (37,4%) declaram que já tiveram o nome negativado e as principais razões apresentadas para os compromissos financeiros não pagos foram: a perda do emprego, o fato de não terem planejado os gastos, terem gastado mais do que podiam e o empréstimo do nome para que outros fizessem compras. Por outro lado, 53% afirmaram controlar suas receitas e despesas, destacando que aprenderam através da família, do companheiro(a) e de cursos. Além disso, apesar de bastante conectados, declararam que ainda utilizavam o tradicional “bloquinho de papel” para organizar seu orçamento.

A mesma pesquisa mostra que dos jovens que afirmam guardar dinheiro (52%), a maioria investe em opções pouco rentáveis como poupança, conta corrente ou até guardam em casa. Disto conclui-se que, os jovens brasileiros preferem investir em opções pouco ou nada rentáveis e isto pode ser explicado ou por conservadorismo ou falta de conhecimento. Dos jovens que declararam não guardar

nenhuma quantia, os motivos apresentados foram: não sobrar dinheiro, não ter disciplina para poupar, desestímulo e falta de esperança de juntar um valor bom a longo prazo por sobrar pouco no presente. Com relação ao consumo, 56% dos jovens entrevistados admitem que costumam ceder aos impulsos quando desejam comprar algo, e acabam perdendo a noção de quanto podem gastar, gostam de ter produtos que a maioria dos amigos têm. Três a cada dez admitem que a forma como gastam seu dinheiro é motivo de brigas frequentes com familiares e cônjuges.

Estas dificuldades financeiras dos jovens, em parte, podem ser explicadas pelo desemprego elevado e a crise econômica, mas é preciso enfatizar a importância de investir na formação e na educação financeira desses jovens, pois praticamente metade não sabem sobre como gerir seu dinheiro e a outra metade divide-se entre uma parte que aprendeu através de cursos/internet, a outra ainda utiliza meios ultrapassados (bloquinho de papel). Uma quantidade mínima buscam instruções mais formais em questões financeiras.

Esse déficit na educação financeira e econômica dos jovens no Brasil, pode acarretar uma série de problemas futuros, como: ingerência dos seus recursos, incapacidade de realizar planejamento a curto e longo prazo, baixo conhecimento sobre investimentos, baixo conhecimento sobre empreendimento sustentável, endividamento, entre outras consequências negativas que se espelham na economia do país.

Estes resultados discutidos aqui mostram que a tentativa do governo brasileiro de incluir o tema da educação financeira na formação de crianças e jovens por meio do lançamento, em 2010, da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), parece não estar funcionando ainda. O ENEF parece ter um bom potencial de melhorar o conhecimento financeiro, mas tem fragilidades e obstáculos a superar. Isto será discutido na próxima sessão.

4.3 Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)

O Brasil tem visto nos últimos anos sua economia se desenvolver com mais pessoas com acesso a produtos e serviços financeiros e se faz necessário uma melhora no grau de educação financeira da população brasileira para que o país tenha um crescimento saudável de sua economia.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), em 2010 foi instituída pelo Governo Federal, a ENEF, política de Estado de caráter permanente que conta com a mobilização de diferentes setores da sociedade brasileira para promover educação financeira no Brasil e fortalecer sua cidadania. A política visa ações conjuntas de iniciativas públicas e privadas, geridas de forma centralizada pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) e executadas de forma descentralizada. Por suas ações terem responsabilidades divididas entre mais de um órgão ou entidade, chamadas de “Programas Transversais”, estas ações podem ser replicadas por qualquer organização que se interesse na promoção da educação financeira no país.

Para seu bom funcionamento, de acordo com a ENEF, em 2010, deve seguir sete diretrizes principais, sendo elas: i) atuação permanente e em âmbito nacional; ii) gratuidade das ações de educação financeira; iii) prevalência do interesse público; iv) atuação por meio de informação, formação e orientação; v) centralização da gestão e descentralização da execução das atividades; vi) formação de parcerias com órgãos e entidades públicas e instituições privadas; e, vii) avaliação e revisão periódicas permanentes. Dentre estas diretrizes, três se destacam (Figura 5):

Figura 5: As três principais diretrizes da ENEF



Fonte: ENEF, 2020

E é sobre a diretriz referente à atuação com a informação, orientação e formação que esse trabalho está direcionado. A ENEF foi instituída pelo Decreto nº 7.397/2010 e renovada pelo Decreto Federal nº10.393/2020 denominado de nova ENEF, tendo suas finalidades apresentadas na Figura 6.

Figura 6: Finalidades da nova ENEF



Fonte: ENEF, 2020

Tais finalidades se correlacionam diretamente com o objeto de estudo, pois a partir da formação será possível ampliar o acesso à educação financeira, fortalecer a tomada de decisão quanto ao consumo, contribuir para o sistema financeiro de forma saudável e fortalecer os níveis de formação cidadã. A nova ENEF tem sua estrutura de governança integrada a órgãos e entidades públicas interessadas em promover a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no Brasil, esse formato preserva a independência dos órgãos supervisores do sistema financeiro para promover suas próprias ações de educação.

A nova ENEF é representada por oito órgãos e entidades governamentais - que juntos integram o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), instância responsável pela direção, supervisão e pelo fomento da nova ENEF – e seus programas são guiados pelo Plano Diretor, sua Deliberação e seus anexos, documentos que consolidam a sua atuação. Os oito órgãos e entidades de governo que formam a nova ENEF são:

- Banco Central do Brasil;
- Comissão de Valores Mobiliários;
- Superintendência de Seguros Privados;
- Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia;
- Secretaria de Previdência da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia;

- Superintendência Nacional de Previdência Complementar;
- Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- Ministério da Educação.

As ações da nova ENEF são compostas por programas transversais e setoriais, coordenados de forma centralizada, mas executados de forma descentralizada.

Figura 7: Programas Transversais e Programas Setoriais da ENEF



Fonte: ENEF, 2020

Os **Programas Setoriais** são desenvolvidos pelos membros do FBEF, que estão alinhados com as diretrizes da ENEF, esses programas são regidos pelos objetivos e papéis desempenhados por cada instituição. Conforme já destacado na revisão da literatura, a educação financeira deve começar o mais cedo possível e deve ser ensinada nas escolas. Com essa visão, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sancionada em 2017, foi colocada como uma oportunidade para colocar em prática a educação financeira para crianças e jovens, foi vislumbrada como uma estratégia de melhorar os indicadores de educação financeira no Brasil. A partir de tal oportunidade, foram definidos os principais programas setoriais de educação financeira no Brasil (BACEN 2021), a saber: O Programa Setorial do Banco Central do Brasil (BACEN), Programa Setorial da Comissão de Valores Mobiliários (CVM); Programa Setorial da Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia (STN)².

² Mais detalhes sobre estes programas encontram-se no Apêndice A

Os **programas Transversais** são caracterizados como ações de educação financeira da nova ENEF que, pelo público beneficiário ou temática financeira priorizada, não têm responsabilidade exclusiva de determinada entidade ou órgão, tendo como objetivos diversos temas como: planejamento financeiro, investimento, poupança, crédito e defesa do consumidor. Os Programas Transversais da ENEF têm dois eixos (documentos) norteadores (Figura 8).

Figura 8: Documentos norteadores da ENEF



Fonte: ENEF, 2020

Como a temática deste trabalho é sobre a educação financeira para jovens, será dada ênfase apenas no Programa de Educação Financeira nas Escolas, apresentado na próxima seção.

4.3.1 Programa Educação Financeira nas Escolas

Foi com o intuito de inserir a educação financeira em todo processo de formação das crianças e jovens que a ENEF elaborou o Programa Educação Financeira nas Escolas, uma ação que faz parte da ENEF e é coordenada pela Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil), uma instituição sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), criado em 2011, que tem como missão a promoção do desenvolvimento social e econômico por meio do fomento da educação financeira no Brasil.

Com a finalidade de elaborar um documento norteador para que o Programa de Educação Financeira nas escolas entrasse no ambiente escolar, articulando-se

no currículo da educação básica, foi formado o Grupo de Apoio Pedagógico (GAP), que com a ajuda da ENEF passou a contar com a presidência do MEC.

A educação financeira nas escolas deve ser entendida como um tema transversal e dialogando com as diversas disciplinas dos currículos do Ensino Fundamental e Ensino Médio, tendo como objetivo a contribuição para o desenvolvimento da cultura de planejamento, prevenção, poupança, investimento e consumo consciente nas futuras gerações de brasileiros, de forma que possibilite ao estudante compreender como conquistar seus objetivos e como se prepararem para as adversidades da vida. Trabalhar a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal desde os anos iniciais da vida escolar, auxilia na construção das habilidades necessárias para que os estudantes enfrentem os desafios da sociedade tanto econômicos, quanto sociais, além de contribuir no exercício da cidadania.

Assim, a educação financeira ajuda as crianças e jovens a alcançarem os seguintes objetivos:

- Melhorar a compreensão em relação a conceitos e produtos financeiros;
- Desenvolver os valores e as competências necessários para tomar consciência das oportunidades e riscos das escolhas financeiras;
- Fazer escolhas bem informados e a adotar ações que melhorem o bem-estar, comprometidos com o futuro;
- Contribuir para resolver os desafios cotidianos e ajuda as pessoas a realizar seus sonhos individuais e coletivos;
- Contribuir para assegurar o desenvolvimento do país.

Nas escolas, a educação financeira deve ser trabalhada conectando-se de forma interdisciplinar, considerando a dimensão espacial e a dimensão temporal. A Dimensão espacial refere-se ao impacto das ações individuais sobre as sociais, e vice-versa, juntando os níveis individual local, regional e global, seus objetivos são:

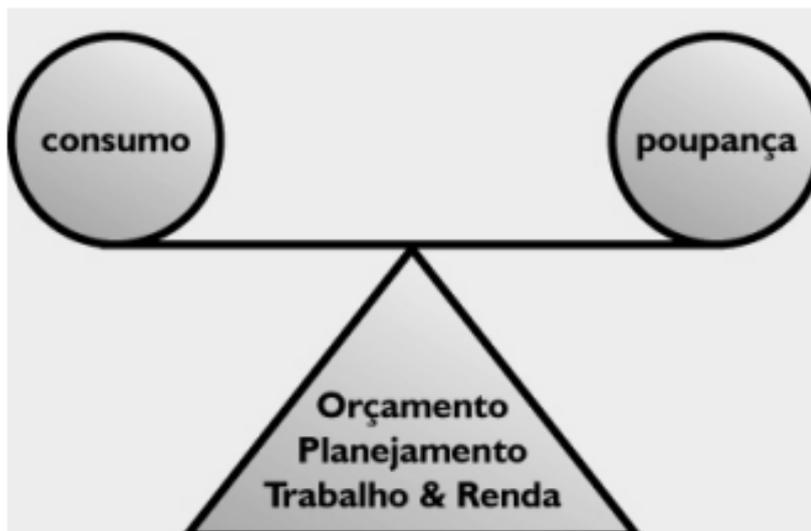
- Formar para a cidadania;
- Educar para consumir e poupar de modo ético, consciente e responsável;
- Oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude;
- Formar disseminador.

Na Dimensão Temporal a educação financeira permite entender as inter-relações do tempo nas decisões tomadas e os espaços são atravessados por uma dimensão, conectando passado, presente e futuro, cujos objetivos são:

- Ensinar a planejar a curto, médio e longo prazos;
- Desenvolver a cultura da prevenção;
- Possibilitar a mudança da condição atual.

Os conteúdos de Educação Financeira são agrupados, conforme o modelo proposto, em dois âmbitos que pertencem à dimensão espacial da vida financeira: individual e social. Nos dois âmbitos encontra-se a presença da dimensão temporal, que é refletida sob a forma de ações de decisão tomadas ao longo do tempo, na conexão de determinadas ações e escolhas do passado com tempo presente e destes com o tempo futuro. Em cada âmbito, os conteúdos foram estruturados para aproximar os principais conceitos daqueles que os completam em determinados contextos ou situações cotidianas.

O âmbito individual é quando o indivíduo é o centro do processo de tomada de decisão, tendo o controle ativo sobre o equilíbrio da sua própria prática de consumo e poupança. A busca pelo equilíbrio pode ser representada pela imagem de uma balança, onde a base é a entrada da renda e as ações de planejamento e orçamento são elaboradas na estreita conexão com tal entrada (Figura 9). Nos pratos da balança se equilibram o consumo e a poupança, pois são as duas opções de destino da renda; cada um desses elementos que formam a balança é estudado através de conteúdos articulados entre si.

Figura 9: Âmbito individual

Fonte: ENEF, 2017

O âmbito Social é quando o indivíduo não tem controle ativo sobre as variáveis que impactam na sua vida financeira, mas pode fazer um planejamento diante delas. Abrangem os níveis individual, local, regional, nacional e global da dimensão espacial da Educação Financeira. Os conteúdos abordados são de duas naturezas: as variáveis que impactam a vida financeira do indivíduo como também na de comunidades, associações e demais organizações; e as instituições responsáveis pela fiscalização e regulação dos mercados em que o indivíduo e tais organizações estão inseridos. O indivíduo precisa compreender a interação das diversas variáveis financeiras (moeda, encargos sociais, crescimento econômico etc.) na sua vida, no seu planejamento e nas suas metas; também aprender sobre as Instituições que compõem o Sistema Financeiro Nacional.

A Educação financeira nas escolas se subdivide em dois tópicos: Ensino Fundamental e Ensino Médio. No entanto, como o grupo de interesse desse estudo são os jovens de 15 a 29 anos, será dado ênfase apenas ao Ensino Médio.

4.3.1.1 Educação financeira no Ensino Médio

Como já destacado, a ENEF foi criada com o intuito de melhorar o nível da educação financeira da população brasileira, para que assim fosse possível contribuir no desenvolvimento de suas habilidades financeiras pessoais e para que apresentem um comportamento mais responsável no uso do dinheiro. Dado que

essas habilidades não eram ensinadas no sistema financeiro educacional brasileiro, em 2010 a ENEF fez uma parceria com o Banco Mundial para implantar e avaliar um projeto piloto de educação financeira nas escolas (ENEF, 2012).

Como o currículo educacional é formatado pela BNCC, o tema foi tratado de forma transversal no currículo escolar dos jovens, incluindo 72 situações didáticas nas aulas de matemática, português, ciências, geografia e história. A decisão de não criar uma disciplina específica para o assunto, mas sim incorporá-la às matérias já existentes foi tomada depois de analisar o impacto sobre as cargas de trabalho do estudante e do professor.

O **projeto piloto** iniciou em agosto de 2010 e foi até dezembro de 2011, e sua aplicação nas escolas **teve como objetivo de avaliação aplicar métodos de pesquisa para identificar o impacto da educação financeira dos alunos e das suas famílias, sobre as suas atitudes financeiras, sobre a tomada de decisão e o seu bem-estar econômico.**

Foi utilizado o método de atribuição aleatória para a avaliação de impacto do projeto piloto, separando-se em dois grupos: grupo de tratamento (que receberam o educação financeira) e o grupo de controle (que não receberam), considerada uma das maiores avaliações aleatórias já realizada a nível mundial, englobando quase 900 escolas públicas de ensino médio e aproximadamente 20 mil alunos em seis estados brasileiros, sendo eles: Rio de Janeiro, São Paulo, Tocantins, Minas Gerais, Distrito Federal e Ceará.

No início do programa, em agosto de 2010, para avaliar o nível de conhecimento de educação financeira dos alunos aplicou-se uma avaliação diagnóstica do programa. Em seguida a primeira avaliação somativa foi implementada, permitindo que expusesse os avanços preliminares dos quatro primeiros meses do projeto. Por fim, em dezembro de 2011, realizou-se a avaliação final do programa, após o término das atividades do projeto nas escolas.

Em meados de agosto de 2010, os professores começaram a utilizar os livros de educação financeira na sala de aula, composto por várias situações didáticas que descrevem o conceito de educação financeira aplicadas no dia a dia, o que facilita o entendimento dos conceitos, fornecendo informações e condições para que os estudantes façam do conhecimento um comportamento financeiro saudável.

Os resultados apresentados derivam desses três momentos da avaliação. Além das atividades com os alunos, o projeto também incluía atividades para serem realizadas em casa com os responsáveis e um workshop realizado ao longo do primeiro semestre de 2011, direcionado para os responsáveis, com conteúdo de educação financeira, tendo como finalidade reafirmar os conteúdos ensinados aos alunos em sala, e medir o impacto combinado de intervenções com os responsáveis e os alunos sobre o nível de educação financeira das famílias. A intervenção com os responsáveis foi realizada ao longo do primeiro semestre de 2011.

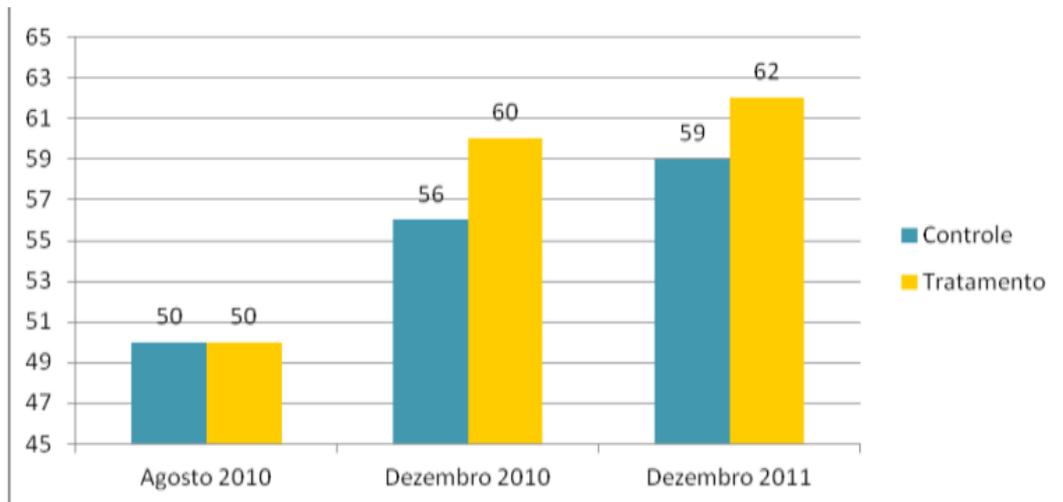
A avaliação dos resultados do programa piloto, ou seja, a análise dos impactos do programa de educação financeira se baseou na análise de quatro conjuntos de variáveis: (a) proficiência financeira, (b) autonomia financeira e intenção de poupar, (c) comportamento de gastos, compras e poupança efetiva, e por fim, (d) participação nas finanças domésticas. A avaliação foi realizada comparando as médias entre os grupos de controle e os de tratamento. Pela metodologia utilizada, os dois grupos tinham características similares antes do início do programa, por isso foi possível fazer uma comparação entre eles e concluir que qualquer diferença entre os grupos, se deve ao impacto positivo do programa de educação financeira.

A seguir serão apresentados as categorias e os indicadores de avaliação do projeto-piloto de educação financeira para o ensino médio no país.

A. Proficiência financeira

A proficiência financeira mostra o nível de habilidade e conhecimento que o jovem tem para lidar com as suas finanças ou seu orçamento familiar, servindo como um importante indicador de qualidade da educação financeira.

O Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) elaborou um teste sobre o conteúdo do material didático com o intuito de examinar o impacto do programa sobre o conhecimento financeiro dos alunos e pretendendo medir as habilidades cognitivas desenvolvidas pelo projeto piloto, esse teste foi feito tanto como o grupo de tratamento quanto com o de controle. A partir desse teste o CAEd pôde calcular o nível de proficiência financeira de cada aluno, o qual pode variar de 0 a 100, onde 100 é a nota mais alta possível.

Figura 10: Impacto do Projeto Piloto sobre a Proficiência Financeira (%)

Fonte: ENEF, 2017

Comparando os resultados das avaliações somativas de dezembro de 2010 e dezembro de 2011, pode-se verificar que o nível médio de proficiência financeira é significativamente mais alto no grupo de tratamento do que no grupo de controle, conforme indicado na figura 10. A diferença de 3 a 4 pontos, indicam que o programa de educação financeira entre os alunos do ensino médio gerou um aumento de 5% a 7% da proficiência financeira dos estudantes. Mesmo considerando a rotatividade dos alunos, uma vez que o Ensino Médio no Brasil apresenta uma alta taxa de abandono escolar, ou seja, cerca de 7% (MEC, 2020), ainda assim os resultados permaneceram robustos e positivos ao longo do tempo.

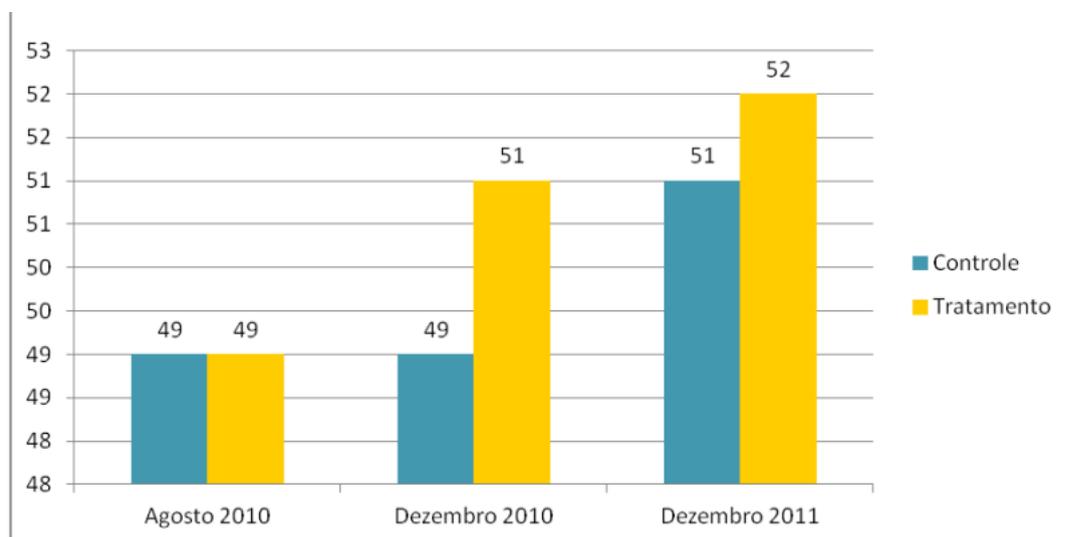
B. Autonomia e Intenção de Poupar dos Alunos

Esse indicador torna-se relevante por compreender dois temas muito caros da Ciência Econômica, isto é, a autonomia para a tomada de decisão de forma mais assertiva no sistema financeiro e o uso da poupança para investimentos/consumo futuros no que se refere a uma das funções da renda.

Usando métodos de psicologia econômica os alunos tiveram que responder em que medida concordavam ou discordavam de declarações como “Gosto de pensar com cuidado antes de me decidir por comprar algo”, “Sempre tento poupar dinheiro para fazer as coisas que eu gosto”, “Em minha opinião, poupar dinheiro todo mês é extremamente benéfico” e “Acredito que consigo poupar um pouco todo mês”.

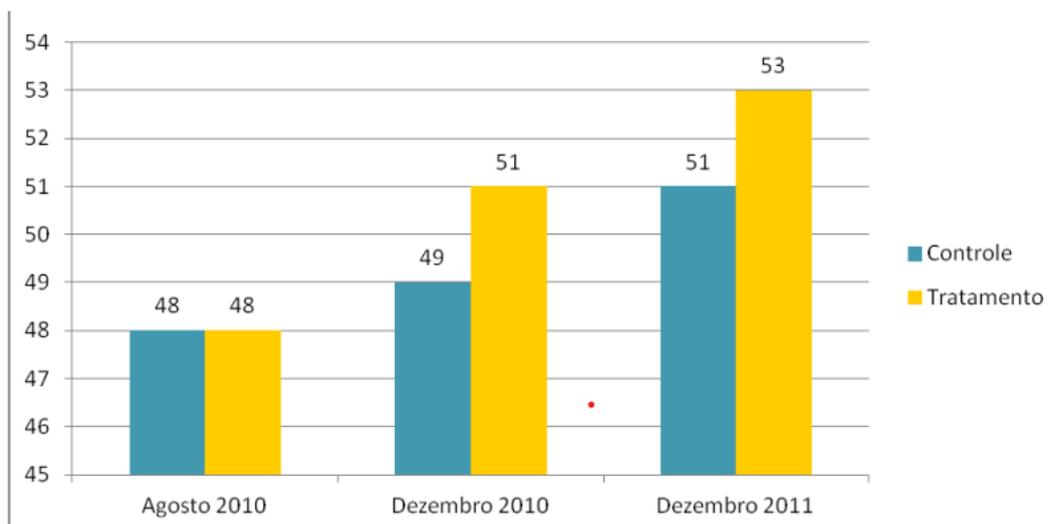
De acordo com os resultados apresentados nas Figuras 11 e 12, embora o grupo de tratamento (que receberam educação financeira) tenha apresentado diferenças um pouco melhores quando comparadas com o grupo de controle, o que pode levar a crer que o projeto tenha impactos positivos na relação do jovem com o dinheiro, percebe-se que em função do imediatismo e do poder do *marketing* na formação desse grupo definido como geração Z, talvez seja preciso pensar em políticas públicas de comunicação e de controle quanto ao acesso desse grupo à propaganda, especialmente das redes sociais.

Figura 11: Média do índice de autonomia financeira (%)



Fonte: ENEF, 2017

Figura 12: Média do índice de intenção a poupar (%)



Fonte: ENEF, 2017

Esses resultados denotam a influência da internet na exposição dos jovens a um modelo de vida apresentado nas mídias sociais como o ideal, em se tratando de bens e serviços disponibilizados e mais acessíveis, permeado pelo acesso ao crédito de forma mais facilitada, o que pode gerar endividamento do jovem ou da família. Esse indicador pode também ser relacionado com os dados advindos do Mapa do endividamento do SERASA (2023), o qual apresenta que cerca de 12% dos inadimplentes do país estão na faixa etária até os 25 anos de idade. Portanto, há a necessidade de se trabalhar sob duas estratégias: formação em educação financeira e critérios quanto ao *marketing* direcionado para crianças, adolescentes e jovens.

C. Comportamento de Gastos, Compras e Poupança Efetiva

Neste item analisa-se as mudanças de comportamento financeiro dos estudantes através de perguntas que possam captar mudanças, ou não, do perfil dos alunos em relação aos hábitos de consumo e poupança. Os gastos impulsivos foram um comportamento importante que o programa de educação financeira abordou, pois os consumidores atualmente estão expostos a vários bens de consumo que são comercializados de forma inteligente, especialmente no universo da *internet*.

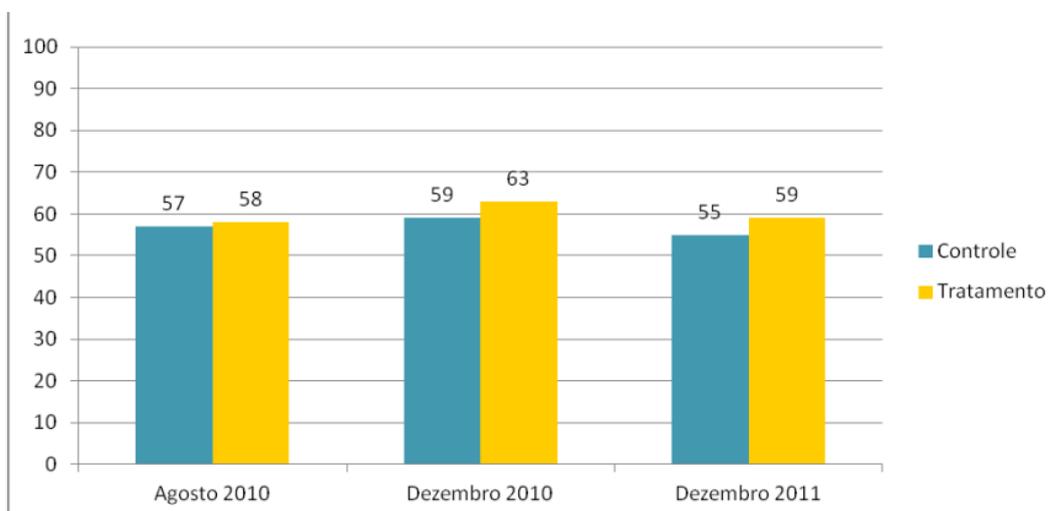
Para esse grupo, entende-se que é muito mais fácil serem influenciados, haja vista o papel dos influenciadores das redes sociais, oferecendo bens e serviços diariamente. Além disso, ainda há fatores adicionais nesse processo, a exemplo das tendências de moda e normas sociais. Outro fator muito relacionado aos membros que compõem a geração Z é estarem conectados a uma rede de internet de forma contínua, além da necessidade de estarem com aparelhos celulares e eletrônicos, preferencialmente as gerações mais atuais de eletrônicos. Destaca-se que tais itens de consumo apresentam acesso facilitado por meio do crédito, muitas vezes com grandes encargos e juros implícitos.

De acordo com esse cenário, o programa destacou a importância de escolhas financeiras responsáveis e ensinou os alunos a economizar para comprar e não parcelar para comprar. Os resultados mostram melhorias estatisticamente significativas nos grupos de tratamento em comparação dos estudantes no grupo de controle.

Na avaliação final em dezembro de 2011, 61% dos alunos tinham alguma forma de renda (trabalho ou mesada) e cerca de 42% trabalhavam.

Em relação à poupança, foram feitas diversas perguntas permitindo que determinem se as intenções de “poupar” se traduzem em ações. Para obter esses resultados, a pesquisa perguntou aos alunos se realmente poupam uma fração de sua renda. Segundo as avaliações, os alunos do grupo de tratamento mostraram melhores hábitos de poupança (Figura 13) e comportamento de consumo do que os alunos do grupo de controle. Uma maior porcentagem de alunos do grupo de tratamento poupa pelo menos uma parte de sua renda (sendo, 63% do grupo de tratamento em comparação com 59% do grupo de controle na avaliação de dezembro de 2010 e 59% e 55% em dezembro de 2011). Embora tímido, este é um indicador importante para fortalecer a relação do jovem com o dinheiro, haja vista que a poupança é fundamental para o desenvolvimento de projetos futuros, além de contribuir para o desenvolvimento do país.

Figura 13: Impacto sobre o Comportamento Poupador dos alunos (%)



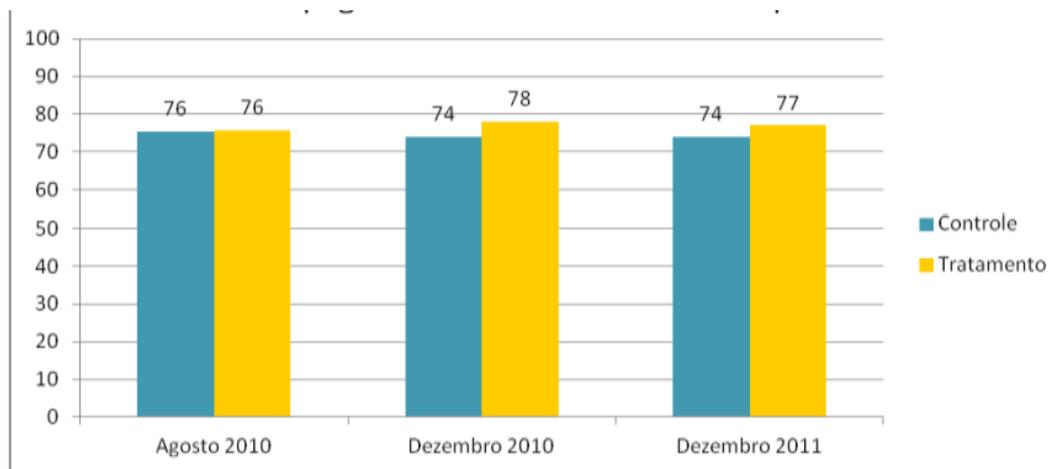
Fonte: ENEF, 2017

Além disso, foi perguntado aos alunos sobre seus hábitos de gasto: se faziam uma lista de suas despesas todos os meses; se negociavam o preço e os meios de pagamento ao realizarem uma compra; e se faziam uma lista de despesas mensais (16% do grupo de tratamento, em comparação com 13% no de controle, em dezembro de 2010 e 17% e 14% em dezembro de 2011).

Quando o assunto é negociar o preço e os meios de pagamento ao realizarem uma compra, a porcentagem do grupo de tratamento (recebeu educação

financeira) é maior em relação ao grupo de controle (78% no grupo de tratamento negociam preço comparado a 74% no controle; e 77% no grupo de tratamento negociam meios de pagamento comparado a 74% no controle) (Figura 14). Esses resultados mostram uma maior autonomia e entendimento no valor que é dado ao dinheiro quando este é bem utilizado e é um importante indicador para apresentar uma melhora na relação do jovem com o dinheiro.

Figura 14: Impacto sobre o comportamento financeiro dos alunos (%)

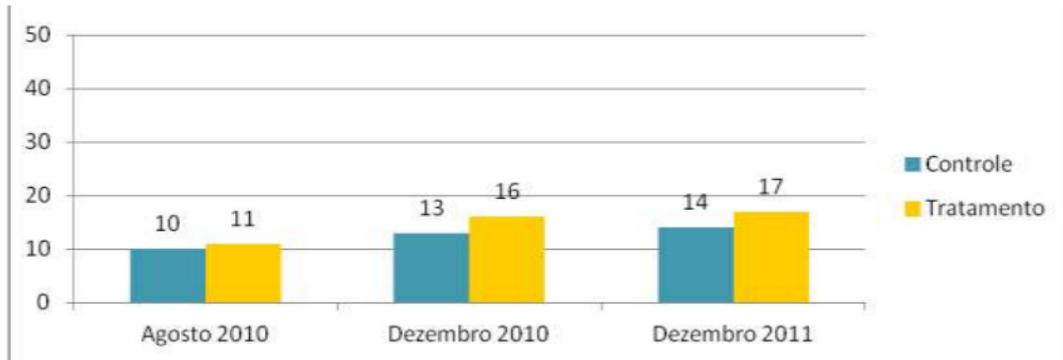


Fonte: ENEF, 2017

Em se tratando de estratégias para uma relação saudável com o dinheiro, uma das mais antigas é a utilização de listas de gastos e despesas. A visualização dos gastos em relação ao tipo e quanto está se utilizando da renda para o atendimento de suas necessidades contribuem para uma melhor reflexão sobre os hábitos de consumo do indivíduo. É possível visualizar se o consumo está contribuindo para um perfil consumista imediatista e de supérfluos e também para analisar o nível de endividamento pessoal. Essa percepção visual proporcionada pela lista de gastos e despesas pode contribuir para uma mudança de postura quanto à renda, à poupança e ao consumo.

De acordo com o resultado da pesquisa, houve uma melhora nesse item quando foram perguntados sobre fazerem, ou não, uma listagem da lista de gastos e despesas em se tratando do grupo de tratamento quando comparado ao grupo de controle (Figura 15).

Figura 15: Impacto sobre a organização das finanças pessoais dos alunos (%)



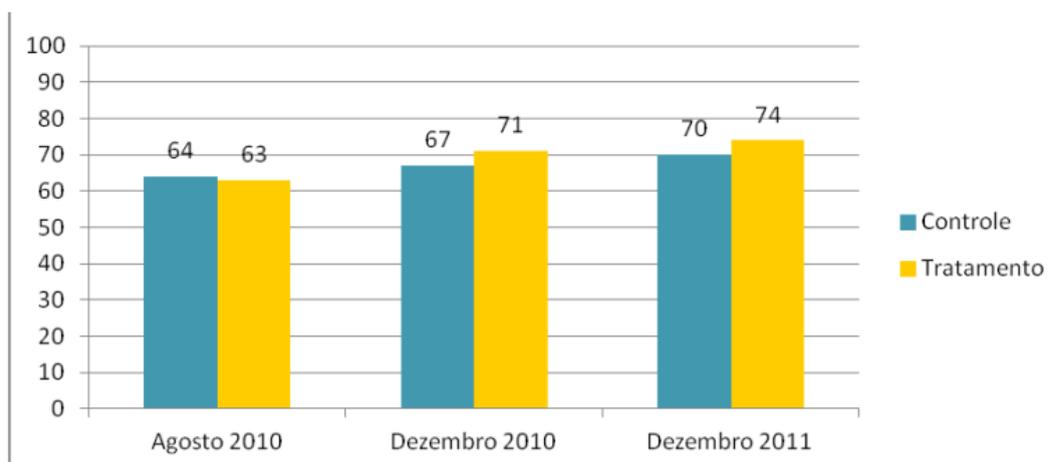
Fonte: ENEF, 2017

D. Participação dos Alunos nas Finanças Domésticas

Para analisar a participação de alunos nas finanças domésticas, houve uma investigação para saber se de fato o programa de educação financeira teve algum impacto sobre a participação dos alunos nas finanças domésticas; além da avaliação com os alunos, foi feita também uma avaliação, em separado, apenas com os responsáveis, contendo perguntas para determinar se os alunos conversavam com seus responsáveis sobre finanças e se os mesmos estavam envolvidos na organização do orçamento doméstico (Figura 16).

Esse indicador torna-se, extremamente relevante, haja vista que a maior parte dos endividados correspondem a faixa etária de 26 a 60 anos, ou seja, cerca de 70% da população endividada do país (SERASA, 2023).

Figura 16: Impacto sobre a Participação do Aluno nas Finanças Domésticas (%)



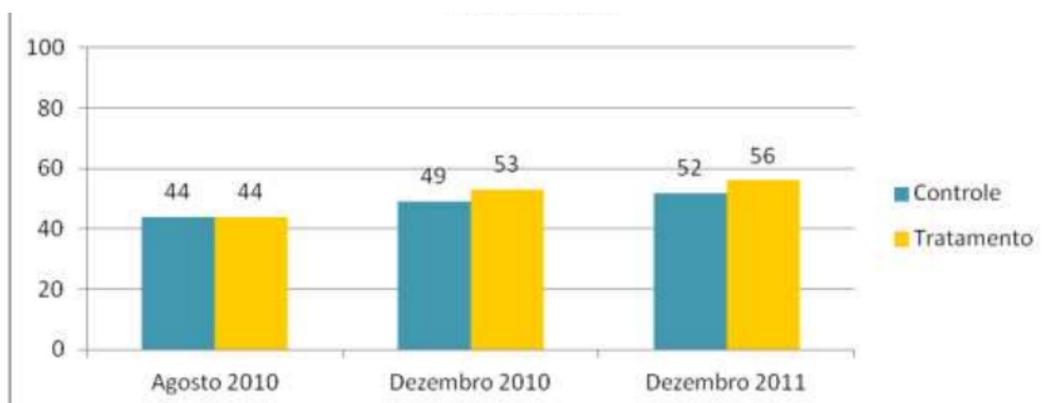
Fonte: ENEF, 2017

De acordo com a avaliação, uma maior porcentagem dos alunos do grupo de tratamento conversaram mais com seus responsáveis sobre finanças e participaram

da organização do orçamento doméstico, em comparação aos responsáveis do grupo de controle. O estudo, mostra que 71% dos estudantes nas escolas de tratamento participaram nas decisões financeiras da família em comparação com 67% nas escolas de controle em 2010, e 74% em comparação com 70% em 2011.

Outra estratégia importante da família contribuir para uma educação financeira mais efetiva é apresentar a planilha de renda e gastos para o núcleo familiar a fim de mostrar a restrição orçamentária, dada pela renda, as necessidades básicas da família que precisam ser atendidas de forma prioritária, as decisões de poupança para investimentos futuros e as possibilidades de atendimento de necessidades não prioritárias (Figura 17).

Figura 17: Impacto sobre a Participação do Aluno nas Finanças Domésticas (%)



Fonte: ENEF, 2017

Esses resultados indicam que devido ao programa de educação financeira, os estudantes também eram, significativamente, mais propensos a ajudar a organizar os orçamentos domésticos com melhorias significativas de 3,6 a 4,8 pontos percentuais durante o período estudado, comprovando assim que o projeto piloto foi eficaz em aumentar a participação financeira dos alunos nas finanças de suas casas.

4.4 Análise do Programa Piloto de Educação Financeira no Ensino Médio

A fim de atender ao terceiro objetivo específico que foi identificar as potencialidades e fragilidades do programa de educação financeira proposto como política pública, são apresentadas as principais contribuições e limitações do programa. Os principais resultados sugeridos pela avaliação do projeto piloto de

educação financeira nas escolas são que: houve um aumento do conhecimento financeiro dos alunos e melhorou suas atitudes financeiras, além disso o programa levou a mudança no comportamento financeiro dos estudantes e estão mais propensos a poupar e a administrar suas despesas, conversar com seus responsáveis sobre questões financeiras e ajudar a organizar o orçamento familiar. Vale ressaltar que os efeitos se mantiveram no curto e longo prazo, o que permite afirmar a sustentabilidade e longevidade do treinamento que os alunos receberam.

De acordo com especialista em educação financeira da AEF-Brasil (2014):

O projeto piloto “trabalhou um conjunto de comportamentos para que os jovens façam escolhas mais conscientes, se preparando para um futuro mais tranquilo” (Alzira de Oliveira Reis e Silva, AEF-Brasil, 2014, n.p).

Segundo analistas do Banco Mundial (2014):

Constataram o aumento de 1% do nível de poupança dos jovens que passaram pelo programa; 21% a mais dos alunos fazem uma lista dos gastos todos os meses; 4% a mais dos alunos negociam os preços e meios de pagamento ao realizarem uma compra. As famílias também foram beneficiadas, pois temas como orçamento, planejamento e taxas bancárias entraram na pauta das conversas e decisões conjuntas de gastos por causa dos deveres de casa. O relatório conclui, ainda, que esse resultado indica que jovens educados financeiramente podem contribuir para o crescimento de 1% do PIB do Brasil. (Banco mundial, 2014, n.p).

Como resultados importantes da política, pode-se apreender que a educação financeira nas escolas pode ajudar a reduzir anomalias em escolhas intertemporais, afetando as preferências e escolhas dos jovens diretamente. A política também pode servir como um complemento valioso para o aprendizado acadêmico regular na escola e ser entendida como uma habilidade de vida necessária para tomar melhores decisões intertemporais, estando ciente das oportunidades pela frente e planejando tirar proveito delas. O envolvimento do núcleo familiar nesse processo de formação pode gerar dinâmicas e aprendizagens valiosas dentro da família.

De acordo com os autores Savóia, Saito e Santana (2017, n.p.), “O papel da família nesta educação também é muito importante, pois durante este período são dela as principais, e até mesmo única fonte de renda”. Para isso, se faz importante o planejamento das despesas mensais, como elaboração de orçamento, alocação dos seus recursos da forma correta, a importância de poupar, entre outros assuntos; além disso as escolas poderiam orientar os responsáveis a conhecer o portal da ENEF que disponibiliza aos adultos por meio do Banco Central e outros associados,

cursos gratuitos de educação financeira e a incentivá-los a debater com seus filhos sobre o assunto para que assim possam dividir e propagar o conhecimento obtido. No entanto, sabe-se que esse diálogo entre escola e família tem se tornado complexo, haja vista que, em sua grande maioria, as mães assumem o papel da educação dos filhos, e estas, por sua vez, estão, também, no mundo do trabalho, com acúmulo de tarefas, comprometendo o uso do tempo disponível para a busca de formação/informação. Assim, entende-se que a melhoria da relação entre juventude e dinheiro, em sua maior parte, precisa estar vinculada às estratégias da educação formal por meio do ensino/aprendizagem.

Após a inserção do projeto piloto, a meta da Estratégia Nacional de Educação Financeira e do Ministério da Educação é propagar os resultados e estimular que a educação financeira seja adotada para alunos do ensino fundamental e médio.

A partir de 2020, o MEC determinou como obrigatório o ensino de educação financeira nas escolas e propôs que o assunto seja incluído nas escolas de forma interdisciplinar. Daí em diante, as escolas devem atender às novas diretrizes da BNCC, onde a educação financeira está interligada à formação de comportamento do jovem em relação às finanças, tendo como contribuição mais importante, que é auxiliar o aluno desde cedo a desenvolver a capacidade de planejar sua vida e a tomar boas decisões financeiras.

Mesmo com a obrigatoriedade na inclusão da educação financeira no ensino médio determinada pelo MEC em 2020, não é de um dia para o outro que todas as escolas vão conseguir implementar em sua grade curricular tal ensino, pois, levar instrução financeira para as escolas envolve uma série de desafios como: formação dos professores, oferta de material didático adequado, tempo de preparo do material para que os professores implementem em suas aulas, entre outros. Como essa determinação é recente, a realidade é que essas aulas não foram incluídas na grade de muitas escolas do Brasil e muitos professores não tiveram o treinamento necessário para trabalhar o assunto em sala de aula, o que de certa forma retarda o avanço do projeto.

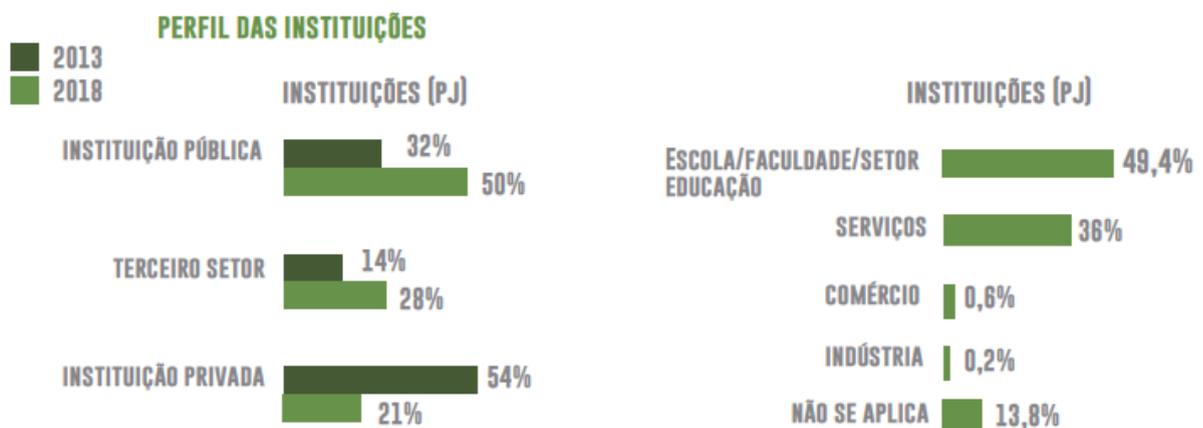
Para a AEF Brasil, de acordo com a Superintendência da entidade, “entre os desafios está a falta dessa cultura na comunidade escolar, ou seja, os educadores sentem dificuldades em ensinar o tema. O professor ganha mal, gasta mal e, como cidadão, não é valorizado”. (Cláudia, da AEF, 2018, n.p).

No Portal da ENEF (www.vidaedinheiro.gov.br) são disponibilizados alguns relatórios anuais quanto ao andamento das iniciativas de melhoria da educação financeira, sendo o último relatório referente ao ano de 2018. Segundo o Relatório anual da AEF-Brasil:

É relevante destacar que no 2º Mapeamento das Iniciativas de Educação Financeira de 2018, houve um aumento significativo de participação de instituições públicas (de 32% para 50% em relação a 2014), com presença expressiva das escolas da rede pública de ensino: 49% das iniciativas cadastradas são do setor de Educação (AEF-Brasil, Relatório anual de 2018, n.p).

Essas informações são apresentadas no panorama geral em relação às iniciativas de melhoria da educação financeira em 2018, onde é possível identificar a participação das instituições de ensino nessas iniciativas (Figura 18).

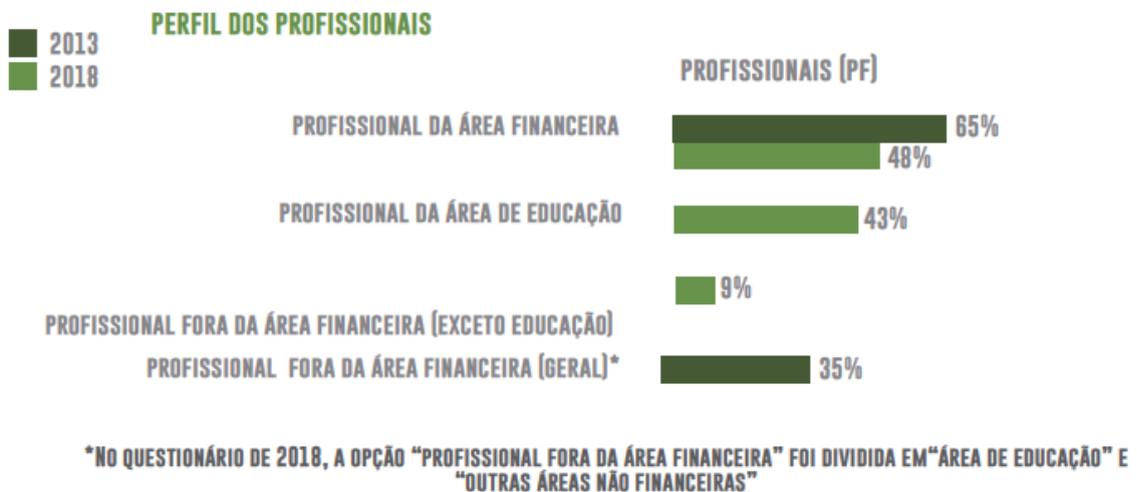
Figura 18: Instituições Públicas com grande participação de escolas



Fonte: ENEF, Relatório Anual, 2018.

Destaca-se, também, a participação de profissionais da área de educação nas iniciativas de programas de educação financeira, ou seja, 43% no ano de 2018, após a implementação do projeto piloto. Esse índice de participação está diretamente relacionado com o nível de participação de instituições de ensino na proposta, havendo a necessidade de tais profissionais buscarem mais fontes de formação/informação (Figura 19).

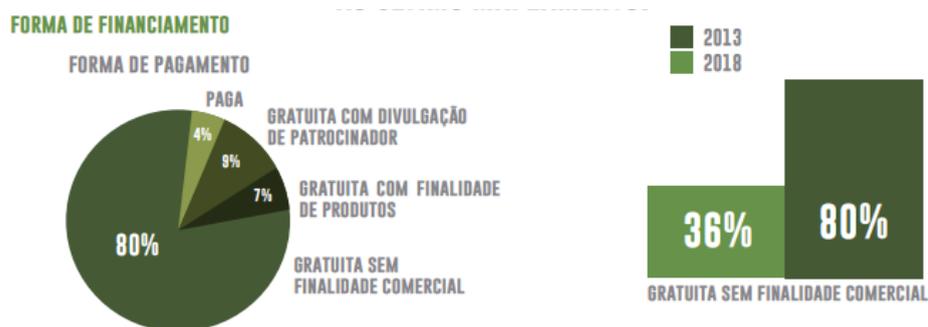
Figura 19: Entre os profissionais inscritos, houve grande aumento de profissionais de educação (Professores).



Fonte: ENEF, Relatório Anual, 2018.

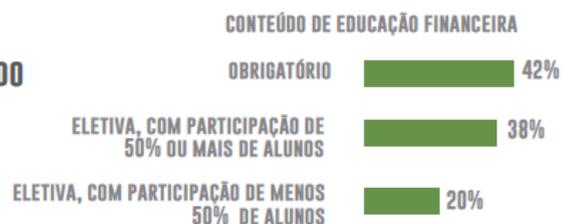
Os dados do relatório 2018 também apresentam o número de iniciativas não relacionadas a fins comerciais, o qual mais que duplicou quando comparado os períodos de 2013 e 2018. Observa-se que 80% dos conteúdos sobre educação financeira são direcionados para instituições de ensino, fortalecendo a estratégia de formar cidadãos e cidadãs mais conscientes no trato com o dinheiro por meio da educação formal.

Figura 20: Número de iniciativas gratuitas sem fim comercial



EM 80% DOS CASOS, O CONTEÚDO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA É APRESENTADO NAS ESCOLAS/INSTITUIÇÕES PARA MAIS DA METADE DOS ALUNOS.

CONTEÚDO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA



Fonte: ENEF, Relatório Anual, 2018.

Os resultados comparativos revelam, ainda, a importância de uma coordenação nacional que estimule a convergência de ações para ampliar o acesso da sociedade brasileira à Educação Financeira. Pode-se afirmar que a educação financeira no Brasil está avançando, mas não é possível fazer um comparativo com os anos atuais pois, não existe um relatório mais atualizado. Essa comparação pode ter sido dificultada pelo impacto do distanciamento social causado pela Covid-19, o qual afetou, sobremaneira, a qualidade do ensino, atraso nos conteúdos convencionais e redução do nível de aprendizagem em todos os níveis de ensino, haja vista o aumento dos índices de pobreza, desemprego e inflação no país (Observatório da Educação, 2022).

Tais fatores, quando acontecem de forma conjunta, contribuem para reduzir o nível de controle entre renda, consumo e poupança, haja vista a pressão por atender as necessidades básicas fundamentais (alimentação, moradia, saúde e educação). Assim, entende-se que, mesmo com programas efetivos de educação financeira disponibilizados por meio da BNCC, este indicador sozinho, não contribuirá para uma melhor relação da juventude com o dinheiro, havendo a necessidade de se pensar em políticas públicas conjuntas que contribuam para uma melhor estabilidade econômica e social para que a educação financeira seja vista de forma a contribuir com esse processo.

A ENEF disponibiliza em seu portal o Mapa da Educação Financeira no Brasil, onde se encontram as iniciativas de educação financeira realizadas nas diversas regiões do país, podendo ser filtradas por ação ou até mesmo clicar nos Estados para ver todas as iniciativas daquele local. Lá também é possível verificar a listagem de Polos Educacionais para professores, que atualmente são 4, sendo eles: Universidade Federal de Tocantins (UFT), Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal da Fronteira do Sul (UFFS). Os mesmos servem como Polo de Educação Financeira, em parcerias formalizadas com as Secretarias de Educação e oferecem cursos de pós-graduação desenvolvidos para os professores da rede pública.

Um ponto de melhoria seria a ampliação do número de polos presenciais e a distância que permitirá a criação de uma Rede Nacional de Formação de Professores que integre saberes, permitindo a troca de conhecimentos e atendendo às especificidades regionais.

Em relação a inserção da Educação financeira nas escolas, seria de grande valia a criação de um órgão ou coordenação que não apenas incentiva as escolas a incluir e capacitar seus professores, mas que regulasse e fiscaliza-se as escolas através de relatórios anuais onde seriam apresentados os resultados de melhorias dos estudantes em relação ao trato com o dinheiro durante o ano letivo.

De acordo com educador financeiro Eduardo Reis (2022), uma opção para acelerar do processo de implementação da educação financeira nas escolas, seria não inseri-la como algo interdisciplinar, mas como uma matéria incluída na grade curricular, onde teria a inclusão de professores formados na área, excluindo a necessidade da capacitação para todos os professores e acelerando a inclusão do assunto para todos os alunos.

A maior parte das escolas não está preparada para receber este ensino, pois não há profissionais habilitados para isso. Na visão do educador, seriam necessários professores exclusivos para a matéria. “Existem muitas pessoas que não têm a devida especialização na matéria e não são educadas financeiramente, o que pode gerar equívocos de interpretação e prática”, diz (Eduardo Reis, setembro de 2022, n.p)

O caminho para a implementação da educação financeira nas instituições de ensino é longo, mas também é possível ver os avanços e ações sendo construídos com esse objetivo. Assim, em médio a longo prazo, a sociedade poderá colher os frutos do projeto de alfabetização financeira no Brasil, tendo uma sociedade mais sustentável, consciente de seus recursos e da consequência futura de seus gastos ou investimentos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo principal apresentar o papel da educação financeira para a juventude a partir de um programa de formação para estudantes do Ensino Médio como estratégia de contribuir para uma relação mais saudável com o dinheiro.

As experiências exitosas apresentadas em outros países aliado às tecnologias digitais de acesso à informação e uso integrado de dispositivos por meio de aplicativos conectados pela internet podem contribuir para melhorar os indicadores de conhecimento financeiro por parte da população brasileira, mas especificamente, os nascidos a partir da geração Z. Observa-se também que o caminho mais estratégico para ampliar esse nível de conhecimento é por meio da educação formal, com estratégias de ensino e aprendizagem significativas para esse grupo social, caracterizado pela juventude (15 a 29 anos). Sabe-se, portanto, que as estratégias de ensino-aprendizagem precisam ser implementadas e fortalecidas, mesmo antes desse período, portanto a iniciativa de se implementar o programa no Ensino Fundamental torna-se relevante. Assim, a construção desse conhecimento formal de maneira contínua poderá contribuir para uma juventude mais apta a lidar de forma saudável com o dinheiro.

A Educação financeira é uma ferramenta poderosa capaz de influenciar positivamente, assim como a falta da mesma pode trazer impactos negativos; se tornando indispensável na vida dos jovens, pois diariamente eles são confrontados com situações que de alguma maneira necessitam de conhecimento financeiro, seja com um simples ato de comprar algo no mercado ou com a organização dos seus recursos, a aplicação em algum investimento, entre outros.

Com a entrada dos jovens no sistema financeiro e a facilitação ao crédito se faz ainda mais necessário a inserção da educação financeira, pois a falta de conhecimento do crédito e de suas taxas, podem levá-los ao descontrole e, conseqüentemente, o endividamento.

É valiosa a abordagem de temas financeiros dentro das escolas para que se possa desenvolver de forma gradativa habilidades e competências de raciocínio financeiro nos jovens, fazendo com que estes mantenham uma vida financeira mais promissora, conseguindo administrar e usar o dinheiro adequadamente, de forma

que estes não simplesmente conheçam apenas as definições, mas aprendam a manusear e fazer a manutenção correta do dinheiro, ter consciência da importância de guardá-lo, ter o hábito de fazer o orçamento mensal, ter um planejamento financeiro, dentre outras coisas.

O tema Educação Financeira principalmente sua implementação na educação dos jovens é relativamente novo no Brasil, surgiu com a preocupação de dar suporte e informação para os mesmos, preparando-os para viver em uma sociedade onde a utilização consciente do dinheiro é importante. O tema veio ganhar força em 2010, com a necessidade de ter uma economia mais estável, um bom orçamento familiar, diminuir o endividamento e implantar a cultura de poupar, foi aí que surgiu a criação das políticas e programas para melhoria da educação financeira.

A Implementação do Projeto Piloto na Educação Financeira do Ensino médio, teve vários benefícios como: aumento do conhecimento financeiro dos alunos, melhora de suas atitudes financeiras, mudança no comportamento financeiro, os mesmos estão mais propensos a poupar e administrar suas despesas, conversar com seus responsáveis sobre questões financeiras e ajudar a organizar o orçamento familiar.

Algumas propostas de melhoria podem ser sugeridas na implementação do Projeto, sendo elas:

- Monitoramento e fiscalização da aplicação e qualidade dos programas através de relatórios anuais.
- Ampliação do número de polos presenciais e a distância, criando uma Rede Nacional de Formação de Professores que os integre, permitindo a troca de conhecimentos e atendendo às especificidades regionais.
- Com relação aos responsáveis, os *workshops* disponibilizados aos mesmos, não surtiram efeito por causa do curto tempo, além do que com a tecnologia, e o curto tempo disponível, os mesmo vão cada vez menos presencialmente as escolas, então é sugerido as instituições que disponibilizem aos responsáveis tal conhecimento de forma online por meio de videoaulas objetivas, com temas específicos, sucinto e de fácil compreensão, o que facilitaria bastante, pois eles poderiam assistir a videoaula com a temática que lhes interessa, de onde estivessem e no horário que pudessem.

Entende-se através das análises realizadas através desta pesquisa que a educação financeira é uma ferramenta de grande valia no auxílio financeiro para os alunos de ensino médio, ajudando-os na tomada de decisão presentes e futuras, contribuindo de forma significativa para que a sociedade se torne mais consciente, administrando seus recursos financeiros de forma eficiente.

É válido salientar alguns pontos limitantes neste estudo, como a falta de relatórios atuais referente ao andamento quantitativo de escolas, alunos e professores alcançados pelo programa, impossibilitando uma análise mais aprofundada do desenvolvimento das iniciativas.

Por fim, conclui-se que o conhecimento é a chave para que os jovens consigam transitar de forma consciente neste mundo de possibilidades que é o sistema financeiro, com conhecimento necessário para elaborar um orçamento pessoal, conhecendo a sua realidade financeira, fazendo um planejamento com base em suas prioridades, identificando e entendendo seus hábitos de consumo, de uma forma organizada e compatível com sua renda.

REFERÊNCIAS

Economia SC. Educação financeira na juventude, a chave para uma economia saudável. Disponível em: <https://economiasc.com/2021/09/02/educacao-financeira-na-juventude-a-chave-para-uma-economia-saudavel/>. Acesso em 18/11/2022.

Banco Central do Brasil - BACEN. Relatório de Economia Bancária e Crédito. Brasília: 2008. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/Pec/Depep/Spread/relatorio_economia_bancaria_credito2008.pdf. Acesso em 18/11/2022.

Isaac - Como falar de educação financeira nas escolas? Disponível em: <https://isaac.com.br/blog/educacao-financeira-nas-escolas>. Acesso em 19/11/2022.

SUNO - Como melhorar a situação financeira no brasil? Disponível em: <https://www.sunos.com.br/artigos/educacao-financeira-no-brasil/>. Acesso em 19/11/2022.

Valor Investe - Brasil é o 4º pior país em competência financeira de jovens, mostra PISA | Educação financeira. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/educacao-financeira/noticia/2020/05/07/brasil-e-o-4o-pior-pais-do-mundo-em-competencia-financeira-de-jovens-mostra-pisa.ghtml>. Acesso em 20/11/2022.

Ministério da Educação – Pisa será aplicado para 18 mil estudantes de 661 escolas. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/33571?start=20>. Acesso em 20/11/2022.

Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF. Conceito de Educação Financeira no Brasil: Disponível em: [https://www.vidaedinheiro.gov.br/educacao-financeira-no-brasil/?doing_wp_cron=1668926418.8261620998382568359375#:~:text=Segundo%20a%20OCDE%20\(2005\)%2C,necess%C3%A1rios%20para%20se%20tornarem%20mais](https://www.vidaedinheiro.gov.br/educacao-financeira-no-brasil/?doing_wp_cron=1668926418.8261620998382568359375#:~:text=Segundo%20a%20OCDE%20(2005)%2C,necess%C3%A1rios%20para%20se%20tornarem%20mais). Acesso em 20/11/2022.

Galícia Educação – Saiba o que é educação financeira e entenda sua importância. Disponível em: <https://www.galiciaeducacao.com.br/blog/educacao-financeira-entenda-o-que-e-e-qual-a-sua-importancia/>. Acesso em 20/11/2022.

GIL, Antonio Carlos et al. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em 14/02/2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/>

olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view. Acesso em 14/02/2023.

Agência Brasil - Apenas 25% dos jovens de 18 a 30 anos fazem controle financeiro. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-10/apenas-25-dos-jovens-de-18-30-anos-fazem-controle-financeiro>. Acesso em 17/01/2023.

Políticas públicas 4.0 - 47% Dos jovens da geração Z não realizam o controle das finanças. Disponível em: <https://cndl.org.br/politicaspublicas/47-dos-jovens-da-geracao-z-nao-realizam-o-controle-das-financas-aponta-pesquisa-cndl-spc-brasil/>. Acesso em 14/02/2023.

SPC - GERAÇÃO Z: GESTÃO DAS FINANÇAS PESSOAIS MAIO 2019.

Disponível em: <https://www.cndl.org.br/upload/comunicacao/0519/SPC%20Analise%20Gera%C3%A7%C3%A3o%20Z.%20Gest%C3%A3o%20das%20Finan%C3%A7as%20Pessoais.pdf>. Acesso em 22/02/2023.

REINIKAINEN, H.; KARI, J. T.; LUOMA-AHO, V. Generation Z and Organizational Listening on Social Media. *Media and Communication*, v. 8, n. 2, p. 185-196, 2020.

Disponível em: <https://www.cogitatiopress.com/mediaandcommunication/article/view/2772>. Acesso em 14/02/2023.

Economia SC - Educação financeira na juventude, a chave para uma economia saudável. Disponível em: <https://economiasc.com/2021/09/02/educacao-financeira-na-juventude-a-chave-para-uma-economia-saudavel/>. Acesso em 25/02/2023.

NEON- Educação financeira: estudo é caminho para jovens sem dívidas.

Disponível em: <https://neon.com.br/aprenda/financas-pessoais/educacao-financeira-estudo/>. Acesso em 25/02/2023.

Agência Brasil - Pesquisa revela que 58% dos brasileiros não se dedicam às próprias finanças. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-03/pesquisa-revela-que-58-dos-brasileiros-nao-se-dedicam-proprias-financas>. Acesso em 25/02/2023.

Políticas Públicas 4.0 - 47% DOS JOVENS DA GERAÇÃO Z NÃO REALIZAM O CONTROLE DAS FINANÇAS, APONTA PESQUISA CNDL/ SPC BRASIL.

Disponível em: <https://cndl.org.br/politicaspublicas/47-dos-jovens-da-geracao-z-nao-realizam-o-controle-das-financas-aponta-pesquisa-cndl-spc-brasil/>. Acesso em 19/04/2023.

Scientific Electronic Library Online - Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/QHfYfV7nPqyJZwV7KTSjqBs/#:~:text=A%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de%20Juventude%20divide%20essa%20faixa%20et%C3%A1ria%20em,anos%2C%20como%20jovens%2Dadultos.>

Acesso em 06/05/2023.

Portal da Educação - Juventude e sociedade Moderna. Disponível em: <https://blog.portaleducacao.com.br/juventude-e-sociedade-moderna/#:~:text=Na%20sociedade%20moderna%2C%20embora%20haja,vida%20mais%20marcada%20por%20ambival%C3%AAscias.\.> Acesso em 06/05/2023.

IFRN - METODOLOGIA DA PESQUISA. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/andreacosta/desenvolvimento-de-pesquisa/metodologia-da-pesquisa>. Acesso em 15/06/2023.

Scientific Electronic Library Online - Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/QHfYfV7nPqyJZwV7KTSjqBs/> Acesso em 16/06/2023.

Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) - Conceito de Educação Financeira no Brasil. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/educacao-financeira-no-brasil/>. Acesso em 21/06/2023.

The Impact of High School Financial Education - Experimental Evidence from Brazil Documento de trabalho de pesquisa de políticas do Banco Mundial nº 6723. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2367083>. Acesso em 24/06/2023.

Banco Central do Brasil (BACEN) – Caderno de Educação Financeira Gestão de Finanças Pessoais. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadania_financeira/documentos_cidadania/Cuidando_do_seu_dinheiro_Gestao_de_Financas_Pessoais/caderno_cidadania_financeira.pdf. Acesso em 24/06/2023.

Scielo Brasil – Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/QHfYfV7nPqyJZwV7KTSjqBs/>.

Acesso em 29/06/2023.

Agência IBGE notícias - Em 2021, país tinha 12,7 milhões de jovens que não estudavam nem estavam ocupados. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35686-em-2021-pais-tinha-12-7-milhoes-de-jovens-que-nao-estudavam-nem-estavam-ocupados#:~:text=>

O%20n%C3%BAmero%20de%20jovens%20de,%2C8%25%20deste%20grupo%20e t%C3%A1rio. Acesso em 29/06/2023.

Revista hsm - Um retrato da juventude brasileira. Disponível em: <https://www.revistahsm.com.br/post/um-retrato-da-juventude-brasileira>. Acesso em 29/06/2023.

Centro de Referência em Educação Integral - Juventudes. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/glossario/juventudes/>. Acesso em 30/06/2023.

Agência IBGE notícias - Em 2021, país tinha 12,7 milhões de jovens que não estudavam nem estavam ocupados. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35686-em-2021-pais-tinha-12-7-milhoes-de-jovens-que-nao-estudavam-nem-estavam-ocupados#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20de%20jovens%20de,%2C8%25%20deste%20grupo%20e t%C3%A1rio>. Acesso em 30/06/2023.

Agência IBGE notícias - PNAD Educação 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>. Acesso em 30/06/2023.

G1 - Educação financeira: número de jovens inadimplentes no Brasil é preocupante. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2022/11/18/educacao-financeira-numero-de-jovens-inadimplentes-no-brasil-e-preocupante.ghtml>. Acesso em 01/07/2023.

Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos - Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 03/07/2023.

Dicionário online de Português - Significado de Crédito. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/credito/>. Acesso em 06/07/2023.

FEBRABAN - Tudo o que você precisa saber sobre as modalidades de crédito. Disponível em: <https://meubolsoemdia.com.br/Materias/tudo-que-voce-precisa-saber-sobre-credito>. Acesso em 07/07/2023.

TOPINVEST - Noções de Crédito. Disponível em: <https://www.topinvest.com.br/nocoas-de-credito/?gad=1&gclid=CjwKCAjwzJmlBhBB>

EiwAEJyLu7DEucvF8uudz8_P50jSU5X8sfc2s_s0_o19XfRmd-PTzdyKDTQ8zxoCs-A QAvD_BwE. Acesso em 08/07/2023.

PROVI - O que é crédito, quais os tipos e suas vantagens e desvantagens.

Disponível em: <https://provi.com.br/blog/financas/o-que-e-credito/>. Acesso em 08/07/2023.

BERQUÓ, Anna Taddei Alves Pereira Pinto. O crédito na sociedade de consumo. 2013. 201 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7299?locale=pt_BR. Acesso em 08/07/2023.

Serasa - Mapa de Inadimplência e renegociação de dívidas Maio/2023. Disponível em: <https://cdn.builder.io/o/assets%2Fb212bb18f00a40869a6cd42f77cbeefc%2Fe81d658d7ec749939679559a26639e94?alt=media&token=17176abf-5612-42f4-b12d-ddf4d60cf881&apiKey=b212bb18f00a40869a6cd42f77cbeefc>. Acesso em 08/07/2023.

Serasa - Mapa de Inadimplência e renegociação de dívidas no Brasil.

Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renogociacao-de-dividas-no-brasil/>. Acesso em 08/07/2023.

Serasa - O que é crédito e como usá-lo a seu favor. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/credito/blog/o-que-e-credito/>. Acesso em 08/07/2023.

ENEF - Crédito: Consumir de forma sustentável é importante para evitar endividamento. Veja nossas dicas. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/portfolio/credito/>. Acesso em 09/07/2023.

Direito Cambial - Título de crédito dá às partes relação comercial eficaz.

Disponível em: https://www.conjur.com.br/2008-jul-29/titulo_credito_partes_relacao_comercial_eficaz#:~:text=A%20palavra%20cr%C3%A9dito%20tem%20sua,%2C%20tamb%C3%A9m%20efetuada%20no%20tempo. Acesso em 10/07/2023.

ENEF - Tão jovens e já inadimplentes: 25% da população com nome sujo tem 18 a 30 anos. Disponível em: https://www.vidaedinheiro.gov.br/hojeemdia/?doing_wp_cron=1689294645.8210160732269287109375. Acesso em 13/07/2023.

Focas - QUASE 9 MILHÕES DE JOVENS ESTÃO ENROLADOS COM DÍVIDAS NO BRASIL. Disponível em: <https://infograficos.estadao.com.br/focas/por-minha-conta/materia/quase-9-milhoes-de-jovens-estao-enrolados-com-dividas-no-brasil>.

Acesso em 15/07/2023.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua PNAD Contínua- Indicadores mensais produzidos com informações do 1º trimestre de 2023

Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2023/05/pnad-terceiro-trimestre.pdf>.

Acesso em 15/07/2023.

Poder 360 - Taxa de desemprego entre jovens sobe para 18% no 1º trimestre de 2023. Disponível em: [https://www.poder360.com.br/economia/taxa-de-desemprego-entre-jovens-sobe-para-18-no-1o-trimestre/#:~:text=A%20taxa%20de%20desemprego%20entre%20os%20que%20est%C3%A3o%20na%20faixa,2023\)](https://www.poder360.com.br/economia/taxa-de-desemprego-entre-jovens-sobe-para-18-no-1o-trimestre/#:~:text=A%20taxa%20de%20desemprego%20entre%20os%20que%20est%C3%A3o%20na%20faixa,2023)). Acesso em 15/07/2023.

IBGE - PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=destaques>.

Acesso em 16/07/2023.

Valor Investe - Brasileiro se vê menos endividado, mas cartão de crédito é o 'campeão' das contas em atraso. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/produtos/servicos-financeiros/noticia/2023/04/24/brasileiro-se-ve-menos-endividado-mas-cartao-de-credito-e-o-campeao-das-contas-em-atraso.ghtml>. Acesso em 16/07/2023.

SPC Brasil - Três em cada dez jovens brasileiros não fazem controle financeiro.

Disponível em: https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wp-content/uploads/2016/12/Release-Consumo-de-Jovens-_Finan%C3%A7as-e-Inadimpl%C3%Aancia.pdf. Acesso em 16/07/2023.

SPC BRASIL - Jovens Brasileiros (consumo e uso do crédito). Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wp-content/uploads/2017/01/An%C3%A1lise-e-Consumo-de-Jovens-e-Usado-do-Cr%C3%A9dito.pdf>. Acesso em 21/07/2023.

Revista Exame Invest - Brasil está entre os países com menor inclusão financeira no mundo, aponta pesquisa; veja ranking. Disponível em: <https://exame.com/invest/minhas-financas/brasil-esta-entre-os-paises-com-menor-inclusao-financeira-no-mundo-aponta-pesquisa-veja-ranking/>. Acesso em 24/07/2023.

Financial Literacy Around the World: INSIGHTS FROM THE STANDARD & POOR'S RATINGS SERVICES GLOBAL FINANCIAL LITERACY SURVEY. Disponível em: https://gflec.org/wp-content/uploads/2015/11/3313-Finlit_Report_FINAL-5.11.16.pdf.

Acesso em 25/07/2023.

Pisa 2015 - Results Students' Financial Literacy Volume IV. OECD. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/9789264270282-en.pdf?expires=1587392818&id=id&accname=guest&checksum=FBD9037A7545B14721335A153C426E03>.

Acesso em 25/07/2023.

Revista Exame - Campeã em educação, Finlândia agora exporta seu modelo.

Disponível em: <https://exame.com/revista-exame/o-valor-da-educacao/>. Acesso em 25/07/2023.

Global Financial Literacy - Neurofinance: How Do We Make Financial Decisions. Investor Education and Financial Behavior Conference, 2013. Disponível em: <https://gflec.org/initiatives/sp-global-finlit-survey/>. Acesso em 25/07/2023.

Research Gate - Neurofinanças: como tomamos decisões financeiras.

Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/258433541_Neurofinance_How_Do_We_Make_Financial_Decisions. Acesso em 25/07/2023.

OECDiLibrary - Resultados PISA 2015 (Volume IV), alfabetização financeira dos alunos. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/education/pisa-2015-results-volume-iv_9789264270282-en. Acesso em 25/07/2023.

Gov.BR - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | INEP. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa/resultados>. Acesso em 28/07/2023.

Inep.Gov - O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) Resultados de 2018. Disponível em: https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2018/pisa_2018_brazil_prt.pdf. Acesso em 28/07/2023.

SICOOBEXECUTIVO - Educação financeira entra na grade de ensino das escolas. Disponível em: <http://www.sicobexecutivo.com.br/ns/educacao-financeira-entra-na-grade-de-ensino-das-escolas/>. Acesso em 29/07/2023.

Ministério da Educação - Conferências sobre educação financeira acontecerão em maio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35987-educacao-financeira>. Acesso em 29/07/2023.

GOV.BR - DECRETO Nº 7.397 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.

Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=7397&ano=2010&ato=253MTV65EMVpWTb17>. Acesso em 29/07/2023.

GOV.BR - DECRETO Nº 10.393, DE 9 DE JUNHO DE 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10393.htm#:~:tex

t=D10393&text=Institui%20a%20nova%20Estrat%C3%A9gia%20Nacional,Brasileiro%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%20%2D%20FBFEF.&text=II%20%2D%20o%20F%C3%B3rum%20Brasileiro%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%20%2D%20FBFEF. Acesso em 29/07/2023.

ENEF - Quem somos? Disponível em: https://www.vidaedinheiro.gov.br/quemsomos/?doing_wp_cron=1688871680.6218791007995605468750. Acesso em 29/07/2023.

Dicionário Caldas Aulete - Significado de bola de neve. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/bola%20de%20neve#:~:text=Fig.-,Fato%2C%20situa%C3%A7%C3%A3o%2C%20condi%C3%A7%C3%A3o%20etc.,%3A%20bolas%20de%20neve.%5D>. Acesso em 08/08/2023.

Expert XP - Reserva de emergência: o que é e como criar uma em 2 passos.

Disponível em: <https://conteudos.xpi.com.br/aprenda-a-investir/relatorios/reserva-de-emergencia/>. Acesso em 08/08/2023.

Cerbasi, Gustavo. Como Organizar Sua Vida Financeira: Inteligência Financeira Pessoal na Prática. Rio De Janeiro, Elsevier, 2009. DOMINGOS, R. Terapia financeira. [s.l.] Editora DSOP, 2022. Acesso em 08/08/2023.

Artigo de Trabalho de Pesquisa Política - O Impacto da Educação Financeira do Ensino Médio Evidência Experimental do Brasil. Disponível em: <https://docplayer.com.br/4410305-O-impacto-da-educacao-financeira-do-ensino-medio.html>. Acesso em 08/08/2023.

Revista InvestNews – Como são cobrados os juros do cartão de crédito?

Disponível em: <https://investnews.com.br/financas/como-sao-cobrados-os-juros-do-cartao-de-credito/>. Acesso em 08/08/2023.

Revista Exame Invest - Brasil está entre os países com menor inclusão financeira no mundo, aponta pesquisa; veja ranking. Disponível em: <https://exame.com/invest/minhas-financas/brasil-esta-entre-os-paises-com-menor-inclusao-financeira-no-mundo-aponta-pesquisa-veja-ranking/>. Acesso em 08/08/2023.

Banco Central do Brasil (BACEN) - Relatório de Cidadania Financeira 2021.

Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/Relatorio_de_Cidadania_Financeira_2021.pdf. Acesso em 12/08/2023.

Banco Central - Programa Aprender Valor. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/site/aprendervalor>. Acesso em 14/08/2023.

GOV.BR - DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO.

Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-cvm/pte/n-91-de-6-de-julho-de-2022-413737783>. Acesso em 18/08/2023.

FBEF Relatório 2022 - Relatório do Fórum Brasileiro de Educação Financeira

Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/comunicados/FBEF-Relatorio-2022.pdf. Acesso em 18/08/2023.

ENEF - Quem somos. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/quemsomos/>. Acesso em 19/08/2023.

ENEF - Programas Setoriais. Disponível em: https://www.vidaedinheiro.gov.br/programas-setoriais/?doing_wp_cron=1692670876.7453780174255371093750. Acesso em 20/08/2023.

ENEF - Programas Transversais. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/programas-transversais/>. Acesso em 21/08/2023.

ENEF - O Programa. Disponível em: https://www.vidaedinheiro.gov.br/o-programa/?doing_wp_cron=1691866305.7023561000823974609375. Acesso em 26/08/2023.

ENEF - Orientações para Educação Financeira nas Escolas. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/DOCUMENTO-ENEF-Orientacoes-para-Educ-Financeira-nas-Escolas.pdf>. Acesso em 26/08/2023.

ENEF - Relatório do Fórum Brasileiro de Educação Financeira. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/comunicados/FBEF-Relatorio-2022.pdf. Acesso em 27/08/2023.

ENEF - RELATÓRIO TÉCNICO FINAL PROJETO PILOTO PROGRAMA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS: ENSINO FUNDAMENTAL. Disponível em: https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/Projeto_Piloto_Ensino_Fundamental_Relatorio_Final_2016.pdf. Acesso em 29/08/2023.

O Grupo de Pesquisa de Desenvolvimento do Banco Mundial e Região do Caribe e América Latina dezembro de 2013 - O Impacto da Educação Financeira do Ensino Médio. Disponível em: https://docplayer.com.br/4410305-O-impacto-da-educacao-financeira-do-ensino-medio.html#google_vignette. Acesso em 30/08/2023.

Nova Escola - BNCC inclui Educação financeira em Matemática. Disponível em: https://novaescola.org.br/conteudo/9798/bncc-inclui-educacao-financeira-em-matematica?utm_source=tag_novaescola&utm_medium=facebook&utm_campaign=Conte%C3%BAdo_Site&seguidores_ne&utm_content=bncc. Acesso em 06/09/2023.

Gov.BR - Conferências sobre educação financeira acontecerão em maio.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35987-educacao-financeira>. Acesso em 07/09/2023.

Focas - EDUCAÇÃO FINANCEIRA AINDA NÃO É REALIDADE NAS SALAS DE AULA BRASILEIRAS. Disponível em: <https://infograficos.estadao.com.br/focas/por-minha-conta/materia/educacao-financeira-ainda-nao-e-realidade-nas-salas-de-aula-brasileiras#:~:text=Educa%C3%A7%C3%A3o%20financeira%20ainda%20n%C3%A3o%20%C3%A9%20realidade%20nas%20salas%20de%20aula%20brasileiras,-Tem%C3%A1tica%20j%C3%A1%20%C3%A9&text=No%20ensino%20fundamental%2C%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o,seja%20inclu%C3%ADdo%20de%20forma%20interdisciplinar>. Acesso em 08/09/2023.

Desafio da Educação - Educação financeira nas escolas: o desafio de ensinar sobre dinheiro no Brasil. Disponível em: <https://desafiosdaeducacao.com.br/educacao-financeira-nas-escolas/>. Acesso em 09/09/2023.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/30264/2/A%20IMPLEMENTAC%CC%A7A%CC%83O%20DA%20EDUCAC%CC%A7A%CC%83O%20FINANCEIRA%20NAS%20ESCOLAS%20PU%CC%81BLICAS%20BRASILEIRAS%20.pdf>. Acesso em 09/09/2023.

ENEF - Estratégia Nacional de Educação Financeira. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-Estrategia-Nacional-de-Educacao-Financeira.pdf>. Acesso em 09/09/2023.

AEF-Brasil - Relatório Anual 2018. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2019/09/relatorio-anual-aeffbrasil-2018.pdf>. Acesso em 09/09/2023.

Instituto Unibanco - Pobreza, fome e desigualdade social: impactos na educação do Brasil. Disponível em: https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/pobreza-fome-e-desigualdade-social-impactos-na-educacao-do-brasil?gclid=Cj0KCQjw9fqBhDSARIsAHlcQYRkB9WqS5I2-VSUwgQ02Xcz43_13oHAK_PE4RGyx3qKZnyf4CeigrgaAtcVEALw_wcB. Acesso em 09/09/2023.

Consumidor Moderno - Geração Z brasileira desafia estereótipos de consumo, revela pesquisa. Disponível em: <https://www.consumidormoderno.com.br/2023/07/17/geracao-z-brasileira-desafia-estereotipos-de-consumo-revela-pesquisa/#:~:text=Ao>

%20se%20comparar%20com%20a,d%C3%ADvida%20banc%C3%A1ria%20como%
20aspectos%20negativos. Acesso em 09/09/2023.